

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Período de recursos contra o gabarito e o caderno de questões e gabarito preliminar

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	DETALHES	RESPOSTA
382	1924	ADELITA APARECIDA DA SILVA LIMA	IMPROCEDENTE	<p>A banca examinadora considerou a letra (D) como a alternativa correta no gabarito preliminar oficial, entretanto, a alternativa (A) também está correta, pois, por tratar-se de uma crônica, texto literário, seria impossível não haver um narrador, no caso do trecho apresentado, narrador em 3ª pessoa, inclusive temos uma fala que remete a uma personagem fictícia mentalmente criada pelo leitor: "Estou fazendo. Estou pensando."</p> <p>Consoante Luiz Antônio Marcuschi, um gênero literário apresenta várias tipologias textuais, no caso da crônica, temos a tipologia descritiva e narrativa, portanto, não temos um texto puramente descritivo, mas também narrativo, o que reitera nosso argumento de que está crônica possui narrador.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
562	3014	ADEMIAN DOS SANTOS BIANCHINI	IMPROCEDENTE	Gabarito do exame	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
410	3581	ADRIANA APARECIDA DE LIMA	IMPROCEDENTE	Bom dia, no meu caderno de questões não estava coerente com o cargo que prestei Tesouraria e sim com o cargo de Bibliotecária. Inclusive consultando o meu caderno de questões esta diferente do que me foi entregue na hora da prova.guardo retorno.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
381	293	AIRTON ALEXANDRE BATTAGLINI	IMPROCEDENTE	A questão não determina que não poderá haver sobras após a montagem dos kits. somente determina quantos podem ser montados de forma idêntica. Assim é possível montar 4 kits idênticos. Sendo correta também a alternativa (D) 4	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

À COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS Nº 01/2018
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA/SP

ALOIZIO MARTINS JALES JUNIOR, portador do RG nº 11.670.084/SSP-MG, inscrito no CPF sob o nº 111.338.556-10, candidato ao cargo de Procurador Jurídico, com número de inscrição 124 no Concurso Público da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP – Edital nº 01/2018, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fulcro no item 9 do Edital, apresentar RECURSO QUANTO O GABARITO E O CONTEÚDO DA QUESTÃO Nº 23 DA PROVA OBJETIVA APLICADA EM 18/11/2018, pelos fundamentos a seguir expostos:

Recurso - Questão 23 - Prova Objetiva de Procurador Jurídico– Prova aplicada no dia 18/11/2018.

QUESTÃO 23

23. Considerando a teoria da separação dos poderes e o sistema dos freios e contrapesos nos julgamentos de crimes de responsabilidade praticadas pelos chefes do Poder Executivo, assinale a alternativa que descreve corretamente a atuação dos Poderes no julgamento dos crimes de responsabilidade nos Municípios e DF:

- (A) No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. (alternativa dada como correta, de acordo com o gabarito oficial publicado em 12/11/2018)
- (B) O julgamento será proferido por um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco juízes, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate.
- (C) Respeitando a simetria constitucional o chefe do executivo municipal será julgado tal qual o chefe do executivo Federal, sendo competente a Câmara dos Deputados para autorizar a instauração de processo e ao Senado processar e julgá-lo, considerando suas respectivas esferas municipais.
- (D) N.D.A

Em que pese o gabarito preliminar premiando a alternativa 'A' como correta, a questão possui inconsistências passíveis de anulação, na medida em que não reflete o posicionamento doutrinário majoritário acerca do tema, conforme se demonstrará.

O Decreto-Lei nº 201/1967 dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, traz as hipóteses de crimes de responsabilidade do chefe do Poder Executivo. O art. 1º do referido decreto-lei descreve os crimes de responsabilidade próprios, na medida em que o art. 4º descreve os crimes de responsabilidade impróprio.

O Prof. Rogério Sanches Cunha, em seu livro Manual de Direito Penal, define crime de responsabilidade nos seguintes termos:

"crime de responsabilidade: será próprio ou impróprio. O crime de responsabilidade próprio é uma infração penal comum cometida por determinados agentes, julgada pelo Poder Judiciário, ao passo que o [crime de responsabilidade] impróprio revela uma infração político-administrativa, cuja apreciação e punição política (impeachment) são atribuídas ao Poder Legislativo." (CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal – Parte Geral. 3ª Ed. 2015. p. 171)

A questão nº 23, ao abordar o tema, não especificou a espécie de crime de responsabilidade que se referia. Ao estabelecer que os crimes de responsabilidade serão julgados penas pelo Judiciário, independentemente de pronunciamento da Câmara Municipal, o examinador esquece dos crimes de responsabilidade impróprio, cujo julgamento se dará pelo próprio ente legislativo.

Além disso, o próprio Supremo Tribunal Federal compartilha desse entendimento, conforme se vislumbra na ementa a seguir:

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA - LEI ORGÂNICA DE MUNICÍPIO - JULGAMENTO DO PREFEITO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE. Surge harmônico com a Carta da República preceito de lei orgânica de município prevendo a competência da câmara municipal para julgar o prefeito nos crimes de responsabilidade definidos no Decreto-Lei nº 201/67, o mesmo ocorrendo relativamente ao afastamento, por até noventa dias (período razoável), na hipótese de recebimento da denúncia. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA - CRIME COMUM PRATICADO POR PREFEITO - ATUAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. O afastamento do prefeito em face de recebimento de denúncia por tribunal de justiça circunscreve-se ao plano processual penal, competindo à União dispor a respeito. (RE 192527, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 25/04/2001, DJ 08-06-2001 PP-00021 EMENT VOL-02034-02 PP-00359)

Assim, a alternativa dada como correta pelo gabarito não possui respaldo doutrinário, eis que restringiu a definição de crimes de responsabilidade, o que demanda a invalidação.

Outrossim, comungando do entendimento aqui esboçado, temos a alternativa 'C', que trouxe a seguinte assertiva:

- (C) Respeitando a simetria constitucional o chefe do executivo municipal será

497

124

ALOIZIO MARTINS JALES JUNIOR

INDEFERIDO

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Julgado tal qual o chefe do executivo Federal, sendo competente a Câmara dos Deputados para autorizar a instauração de processo e ao Senado processar e julgá-lo, considerando suas respectivas esferas municipais.

Esta alternativa reflete a escorreita previsão legal, na medida em que esclarece que por simetria constitucional, o Prefeito será julgado pelo Poder Legislativo, considerando suas respectivas esferas municipais, ou seja, respeitando a forma do Poder Legislativo no âmbito Municipal e Distrital, onde é composto apenas pela Câmara dos Vereadores, cabendo a esta a autorização de instauração do processo e o processamento e julgamento do feito.

Assim, o gabarito da questão nº 23 correto seria a alternativa 'C', e não a 'A', conforme consta no gabarito preliminar, eis que a alternativa está incorreta, conforme devidamente fundamentado.

Posto isso, pugna pela retificação do gabarito da questão nº 23 da prova objetiva de Procurador Jurídico da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra/SP, na forma do item 9 e 9.4 do Edital, alterando o gabarito da questão da alternativa 'A' para a alternativa 'C', conforme demonstrado, atribuindo a pontuação da referida questão a todos os que assinalaram a alternativa.

Caso não seja esse o entendimento, requer a anulação da questão, com a atribuição da pontuação a todos os candidatos.

Pede deferimento.

De Campestre/MG para São Joaquim da Barra/SP, 19 de novembro de 2018.

ALOIZIO MARTINS JALES JUNIOR
CPF: 111.338.556-10
Inscrição: 124

Os crimes previstos no art. 1º do DL nº 201/67 configuram, na melhor exegese, crimes funcionais, sujeitos a processo e julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente de autorização do órgão legislativo municipal. Inexiste impedimento legal da instauração ou prosseguimento da ação penal após a extinção do mandato de prefeito. Precedente do STF. O art. 4º do DL nº 201/67 elenca as infrações político-administrativas, em que se prevê a perda do mandato, sendo julgadas pela Câmara Municipal. A cassação do exercício do cargo de prefeito impede a instauração ou o prosseguimento do processo político-disciplinar, regulado no art. 5º do referido Decreto-Lei, em face da perda do objeto. A Constituição de 1988, ampliou a autonomia dos Municípios, a estes entregou a tarefa de disciplinar o processo de perda de mandatos municipais, bem como definir infrações político-administrativas, por meio de lei local, ou até mesmo na sua lei orgânica. A questão tratou da questão geral apresentada pela CF/88, estando correta a alternativa A. Conforme decreto 201/67, os crimes de responsabilidade praticados pelo Chefe do Executivo Local, serão julgados diretamente pelo Poder Judiciário, vejamos: “Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:” No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Vereadores.
Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

643	3903	ANA BEATRIZ ROSSINI MARTINS	IMPROCE DENTE	<p>A banca examinadora considerou a alternativa C: "Quando um esperto percebe que o outro é bobo, ele não se preocupa em ser esperto" como correta, no entanto, a alternativa B: "Os espertos não veem esperteza nos bobos e por isso não ficam atentos" também está correta; pois ao analisar o enunciado da pergunta: "Os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontram diante dos bobos". Percebemos que o termo "descontrair" remete ao termo "não ficam atentos", presente na resposta da alternativa B; além do mais, diz-se que os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontram diante dos bobos, ou seja, não vêem esperteza nos bobos. Portanto, as duas alternativas estão corretas.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
569	4022	ANDRESA BIANCHINI DE OLIVEIRA TELES	IMPROCE DENTE	<p>Boa tarde! A quem possa interessar! Segundo o enunciado da questão 13 Maria está sendo mencionado primeiro que João. Como a resposta exige ser respectivamente, a única alternativa mais próxima é a letra D. Pois, fazendo o calculo para olhar os valores da mesada de João é o mesmo não dá exato com o da alternativa B. O resultado é R \$257,00. O anunciado da questão não menciona nada sobre aproximação. Se formos considerar Aproximação e Respectivamente a resposta seria a alternativa D. (R\$ 180,00 e R\$ 270,00)</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
446	5283	AUGUSTO CESAR GONTIJO	DEFERID O	<p>ao meu entender a questao devera ser cancelada pois 3/4 de uma pensão de 260.00 que é de joao a resposta correta seria R\$195.00 e não R\$190.00 como foi divulgado no gabarito, não tendo entre as respostas nenhuma opção correta obrigado</p>	questão anulada
511	275	BEATRIZ APARECIDA DE FREITAS DUTRA	IMPROCE DENTE	<p>Em relação a questão 24, segundo a resposta seria D, mas a alternativa B também estaria correta, pois não devemos escorrer os resíduos SE POSSÍVEL, mas sempre, todos os alimentos possuem resíduos que precisam ser lavados e escorridos, não tem como servir algum tipo de alimento com resíduos por isso a importância de escorrer sempre.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
574	5277	BEATRIZ CRISTINA AMARAL	DEFERID O	<p>Nenhuma das respostas nas alternativas batem com a resposta correta. No gabarito diz que é B, o que é impossível, uma vez que Maria ganha 3/4 do que João, ou seja, menos. Mesmo assim, nenhuma outra alternativa está na proporção pedida. Que é Maria ganhando 3/4 do salário de João e os dois juntos 450 reais. E se é " respectivamente" o salário menor, de Maria, deveria estar primeiro e depois o maior...o de João. Enfim, nenhuma alternativa bate com o que foi pedido, portanto a questão deve ser anulada. Um professor de matemática pode claramente atestar meu recurso.</p>	-
578	3301	BEATRIZ MARCOS DA SILVA	IMPROCE DENTE	<p>A alternativa B também está correta. Pois, não pode deixar em uma higienização, nenhum resíduo nunca. E não, se possível.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
412	2925	BIANCA NOELI DA SILVA	INDEFERI DO	<p>Interponho este recurso da questão 19, haja vista, ter trazido um enunciado extremamente abstrato e um conteúdo com divergência doutrinária. Em primeiro lugar, a questão indaga abstratamente se a "dispensa de licitação" se enquadra como ato simples, complexo, composto ou imperfeito, sem considerar qualquer hipótese de dispensa concreta. Destaca-se que existem hipóteses de dispensa que são atos simples e outros que são atos compostos/complexos (conforme o posicionamento doutrinário). É completamente errado dizer que todos atos de dispensa são compostos, como afirmado por referida questão. O artigo 26 da Lei 8666/93 diz "As dispensas previstas nos parágrafos 2 e 4 do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexistência referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 dias, como condição para eficácia dos atos". Veja, que reerido dispositivo elenca as hipóteses dos artigos 17 e 24 da Lei 8666/93 em que deve haver ratificação do ato de dispensa e assim ser considerado como ato composto (ou complexo, a depender da posição adotada). Assim, interpretando o art. 26 se extrai que os incisos I e II do art. 24 da Lei (dispensa em razão do valor) são hipóteses de dispensa que NÃO necessitam de ratificação, configurando, portanto, ato simples. Existe inúmeros julgados e artigos dizendo que tais hipóteses não precisam de ratificação, tão pouco publicação, efetivando os princípios da economicidade e desburocratização. Portanto, é incontestável que existem hipóteses de dispensa classificadas como atos compostos (ou complexos) e hipóteses classificadas como atos simples, sendo a afirmação da questão 19 errônea. Como visto, não podemos considerar a afirmação de que "todos atos de dispensa são atos compostos" como verdade absoluta, haja vista existirem hipóteses classificadas como atos simples. Não obstante, essas hipóteses de dispensa que dependem de ratificação é objeto de divergência doutrinária, sendo que parte da doutrina os classificam como atos compostos (Maria Helena Diniz) e outra parte (Marcelo Alexandrino) os classificam como atos complexos. Por todo exposto, essa questão deve ser anulada, haja vista trazer uma afirmação contrária à dispositivo expresso de lei e objeto de divergência doutrinária.</p>	<p>Trata-se de uma classificação segundo a formação de vontade, onde dependerá da manifestação de vontade de 2 órgãos (principal + acessório) uma vez que após a dispensa deve haver a homologação pela autoridade superior. Sendo portanto um ato composto. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

444	713	BRENDOW AGOSTINHO PERES	IMPROCE DENTE	A resposta do Gabarito não corresponde a resposta certa da alternativa já que a mesada de Maria não pode ser maior que a do João, não tem como ! Não tem como fazer um calculo.	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
640	3244	BRUNA DOS SANTOS POSSIDÔNIO	INDEFERIDO	1. Para que um diálogo se desenvolva de forma correta e coerente, os interlocutores precisam estabelecer uma relação harmônica entre sujeito e verbo. Assinale a alternativa em que a Concordância verbal está correta: (A) Nem um nem outro serão aceitos. (B) Nem um nem outro será aceito. (C) A criança ou as crianças cresce após muitos anos. (D) Joana ou Carla ganharão mais tempo. Segundo o gabarito a alternativa correta é a "A", Porém consultei alguns livros e sites, verifiquei que em frases que constam a expressão "nem um nem outro", a concordância do verbo no singular ou plural é facultativa, ou seja, ambas as formas estão corretas. Portanto, venho solicitar que a questão seja anulada, pois há duas alternativas (A e B) que representam respostas corretas. sites: https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint54.php https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/gramatica/um-ou-outro-um-outro.htm	Quando no sujeito aparecerem asconjunções ouenem, transmitindo ideia de inclusão, o verbo deverá aparecer no plural. Quando transmitirem ideia de exclusão, o verbo deverá aparecer no singular. Nem um nem outro serão aceitos. (Os dois não serão aceitos, ou seja os dois estão incluídos na não aceitação, independentemente de haver outro alguém que possa ser aceito – ideia de inclusão) “Nem o Valle nem o Bittar será eleito deputado”. (Os dois estão excluídos da eleição, pois um outro alguém será eleito – exclusão) Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.
488	179	CAIO CÉSAR COSTA GONÇALVES	IMPROCE DENTE	A alternativa B, não confere com o enunciado, uma vez que fica evidente que a mesada de Maria é menor que a de João, e o enunciado diz "respectivamente, e na alternativa B, a mesada de maria aparece primeiro e maior que a de João. Além de a questão não ter maneira de desenvolver um solução.	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
627	5010	CARINA SANTANA SOARES	INDEFERIDO	Fundamentação: A questão merece ser impugnada uma vez que mal elaborada . A questão refere-se , sobre quais significado dos bornes de ligação aos componentes . Pois bem , a resposta esta marcando a letra (A) 1,54/49AR/56AL . esta matéria não esta no edital , para que fosse estudada , também não se encontra no código de transito brasileiro CTB , noções básicas de mecânica de automóveis . Dessa forma , entendo que soufriu prejuizo em razão de falta de clareza da questão , diante do exposto , conclui se que a questão seria , para prova de eletrícista de autos , não motorista . De acordo com a apostila do SENAI : (49AR e 56AL significa chicotes cabos e fios , e não sinal de bobina de ignição , luz de freio positivo , ar sistema de seta lado direito e farol lado esquerdo . 1,54 nem tem na apostila de auto elétrica do SENAI . diante do exposto , requer seja anulada a presente questão .	A ligação dos condutores abornesde aparelhos ou dispositivos também deve assegurar a resistência mecânica adequada e o contatoelétricoperfeito e permanente, ou seja trata-se de matéria relacionada aosDefeitos mais frequentes em veículos. cosntante do edital Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido. É o parecer
475	808	CARLA VANESSA CANATO	IMPROCE DENTE	1. Para que um diálogo se desenvolva de forma correta e coerente, os interlocutores precisam estabelecer uma relação harmônica entre sujeito e verbo. Assinale a alternativa em que a Concordância verbal está correta: (A) Nem um nem outro serão aceitos. (B) Nem um nem outro será aceito. (C) A criança ou as crianças cresce após muitos anos. (D) Joana ou Carla ganharão mais tempo.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
558	1458	CARLOS EVERTON DA SILVA	IMPROCE DENTE	Bom dia. Segundo o enunciado da questão 13 Maria está sendo mencionada primeiro que João. Como a resposta exige ser RESPECTIVAMENTE, a única alternativa mais próxima da resposta é a letra D. Pois ao fazer o cálculo para achar o valor da mesada de João o mesmo não da exato com o da alternativa B. O resultado é R\$ 257,00. E o enunciado da questão não menciona nada sobre aproximação. Se formos considerar APROXIMAÇÃO e RESPECTIVAMENTE a resposta seria a alternativa D (R\$ 180,00 e R\$ 270,00).	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

440	1316	CELSE AUGUSTO PAULINO DUARTE	INDEFERIDO	<p>A banca considerou como correta a alternativa C. Ainda, as palavras abocamento e conciliábulo não são sinônimos e a substituição na frase altera o significado.</p> <p>De acordo com o Dicionário Michaelis: Abocamento: "1 Ato ou efeito de abocar. 2 Encontro de duas bocas de saco, por exemplo, ou ajustamento de duas bordas opostas. 3 Conversa entre duas ou mais pessoas; colóquio. 4 ENG Inserção da boca de uma manilha na boca de outra; embocamento. 5 Ponto de interseção." Dessa forma o sentido da frase é que a melhor forma de filosofar é conversando com as pessoas.</p> <p>Conciliábulo: "1 ECLES, ANT Pequeno concílio de prelados, sem legitimação ou consentimento papal, a fim de tratar de objetivos contrários à orientação da Igreja. 2 ECLES Concílio ou reunião de prelados não católicos. 3 POR EXT Pequeno concílio. 4 POR EXT Reunião secreta com objetivos excusos, conluio, conspiração; 5 POR EXT Conversa reservada, geralmente em voz baixa." Dessa forma o sentido da frase é que a melhor forma de filosofar é em uma reunião secreta ou de forma escondida.</p> <p>Assim, considerando que a substituição altera de forma significativa o sentido da frase, requer seja a questão anulada.</p>	<p>Tanto a palavra abocamento quanto conciliábulo devem ser contextualizadas como sinônimos de diálogo, ou seja, conversa entre pessoas: palestra, colóquio, comunicação, abocamento, conciliábulo, confabulação, conferência, congresso, conversa, conversação, converso, entrevista, fala, interlocução, palra, palratório, papo, parla, prática, prosa. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
524	2597	CELSE MACIEL DE CASTRO JUNIOR	INDEFERIDO	<p>Celso Maciel de Castro Junior, inscrição nº 2597, candidato ao cargo de Procurador Jurídico, vem, nos termos do item 9 do Edital de Abertura de Inscrições para o Concurso Público nº 01/2018 da Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, interpor recurso referente ao gabarito preliminar da questão de nº 15 da prova objetiva, pelos motivos que passa a expor.</p> <p>Para definir a composição dos kits, o comando da questão utiliza os termos "sabonete, pasta e escova de dentes", todos no singular, o que induz o candidato a pensar que os kits serão compostos por apenas uma unidade de cada um dos três itens possíveis, tornando possível a montagem de 22 kits iguais e com isto impondo que a resposta correta seja a da alternativa "A".</p> <p>Para que a resposta correta fosse a da alternativa "C", conforme trouxe o gabarito preliminar, a expressão utilizada pelo comando da questão deveria ser "um ou mais sabonetes, pastas e escovas de dentes", com os termos no plural, somada à ressalva expressa de que os kits deveriam ser montados necessariamente com todos os itens que a instituição possuía, sem sobras de quaisquer deles, informações estas que não foram apresentadas.</p> <p>Requer, portanto, de maneira mais incisiva dentre as possibilidades, a alteração do gabarito definitivo para a alternativa "A" (22 kits iguais possíveis).</p> <p>Caso o entendimento da Banca Examinadora não seja favorável à alteração requerida, requer alternativamente a consideração de ambas as alternativas, "A" e "C", como corretas.</p> <p>Ainda e por último, caso o entendimento da Banca Examinadora não seja pelo deferimento de qualquer dos requerimentos acima, requer a anulação da questão com a atribuição da pontuação equivalente a todos os candidatos presentes na prova objetiva, nos termos do item 9.4 do Edital de Abertura de Inscrições. São os termos em que se pede deferimento.</p>	<p>Existem critérios matemáticos que remetem a utilização de contas próprias. Estamos diante de uma questão clara de m.d.c, devendo a mesma ser resolvida de forma técnica, pois segundo critérios empíricos, podemos chegar a qualquer resultado, já que poderiam ser montados quaisquer quantidades de kits desde que o número fosse menor do que o item em menor quantidade, ou seja, poderiam ser montados de 1 à 22 kits. O que claramente se pretende com a realização de um concurso público é a aferição do conhecimento técnico do candidato.</p> <p>Trata-se de uma questão de m.d.c., na qual o resultado deveria ter sido obtido com a utilização das constantes cabíveis para resolução, obtendo-se ao final o valor 2.</p> <p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
532	5152	CHRISTIANE BOLDRIN DE OLIVEIRA	DEFERIDO	<p>Essa questão não tem nenhuma alternativa correta.</p> <p>Resolução: $Maria = x$ $João = y$ $x = 3/4y$ $x + y = 450$</p> <p>$3/4y + y = 450$ $3y + 4y = 1800$ $7y = 1800$ $y = 1800/7$ $y = 257,14...$ mesmo que arredonde o resultado para $João = 260$, a continuação da resolução seria:</p> <p>$x = 3/4y$ $x = 3/4 \times 260$ $x = 195$ (Maria)</p> <p>Além disso a questão fala primeiro de Maria e depois de João e pede os resultados RESPECTIVAMENTE</p> <p>PORTANTO A ALTERNATIVA CORRETA TERIA QUE FORNECER, NA SEQUÊNCIA, primeiro o resultado da Maria (valor menor) e depois o de João (valor maior)</p> <p>ASSIM SENDO NÃO HÁ NENHUMA ALTERNATIVA CORRETA NA QUESTÃO 13 DE MATEMÁTICA, DEVENDO SER ANULADA</p>	-
601	3026	CIBELE CRISTINA DE PAULA	IMPROCEDENTE	<p>Na questão número 1, na qual pede para assinalar a alternativa CORRETA de concordância verbal, nota-se que a alternativa correta é a B, POIS QUANDO O SUJEITO É CONSTITUÍDO POR NEM UM NEM OUTRO, O VERBO FICA NO SINGULAR. A EXCEÇÃO PARA QUE O VERBO FOSSE PARA O PLURAL OCORRERIA SE FOSSE EM CASO DE RECIPROCIDADE. PORTANTO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA GRAMÁTICA, A ALTERNATIVA CORRETA É A "B". A QUESTÃO 1, PORÉM, É PASSÍVEL DE REVISÃO.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

489	4399	CINTIA MENDES NOGUEIRA TOLENTINO	IMPROCE DENTE	As respostas estão erradas...valor não bate E respectivamente seria Maria primeiro e João depois... não o contrário Se é 3/4 a mesada de Maria, é menor do que a de João...não maior...valor menor viria na frente	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
581	681	CLAUDINEI TEIXEIRA DE MORAIS	IMPROCE DENTE	O valor do resultado não deu cálculo exato, e a questão não detalhou se a mesada de Maria era 3/4 a mais ou a menos da mesada de João	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
518	1343	CLAUDIO ANGELO IHA	IMPROCE DENTE	NEM UM NEM OUTRO (Concordância) Com as expressões "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular, embora o plural também seja praticado. Sendo assim, tanto a alternativa A como a B está correta.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
592	4307	DANIEL BATISTA DE BARROS	IMPROCE DENTE	Questão sem alternativa correta (exata). Calculando-se, a que mais se aproxima é a alternativa B, porém quando se diz "respectivamente" e não aleatoriamente devo obedecer a ordem do enunciado que é a mesada de Maria primeiro e nesse caso a que mais se aproxima é a alternativa D.	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
405	1406	DANIEL TRINCK	IMPROCE DENTE	(D) descreve algo ou alguém, levando o leitor a criar uma imagem mental de um objeto. Segundo o gabarito a resposta para a pergunta 8 está citada acima. Diante da leitura eu não fui levada a gerar uma imagem mental de um objeto em momento algum. Se a resposta procede, então, qual imagem mental de um objeto eu deveria ter gerado na minha mente na leitura do texto?	A questão pedia para que o candidato considerasse o GÊNERO do texto, devendo portanto se ater às características do Gênero épico ou gênero narrativo, independente das impressões pessoais acerca do mesmo. O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
462	5291	DANILO AUGUSTO BUSCHIN	DEFERIDO	Boa tarde! A questão 23 diz respeito a LICITAÇÕES, item que não estava previsto no conteúdo programático do edital, portanto, a mesma deve ser anulada.	O candidato alegou que as questões 23,24,25,26 e 29 estão em desacordo com o conteúdo programático. Por fim, requereu a anulação destas questões. Isto posto, passamos à análise dos fatos. Em contraposição da prova objetiva com o conteúdo programático, verificou-se que as questões: 23 e 24 realmente encontram-se em desacordo com o conteúdo programático, como citado pela recorrente. Por este motivo, merecem ser anuladas. Porém, as questões: 25,26, e 29 encontram-se em pleno acordo com o conteúdo programático cobrado no edital, vejamos: As questões 25, 26 e 29 indagam sobre preparação de correspondência e documentos oficiais. É certo que estes documentos podem ser remetidos via correio eletrônico. O conteúdo programático contempla tal assunto quando diz: "Correio Eletrônico: ...preparo e envio de mensagens..." Ante o exposto, é válida a anulação das questões 23 e 24, porém não é válida a anulação das demais, ante o exposto. Logo DEFIRO a anulação das questões 23 e 24, porém INDEFIRO qualquer solicitação que extrapole a providência anteriormente citada.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

570	3548	DANILO MELO DA SILVA	INDEFERIDO	<p>A questão deve ser anulada já que nenhuma das alternativas substitui a palavra sublinhada sem alterar o significado.</p> <p>A palavra conciliábulo, sugerida pelo gabarito, não pode ser utilizada em substituição de "abocamento", pois em nada se assemelha a "diálogo" ou "conversa" que é conceito geral de "abocamento" mais indicado na frase.</p> <p>Portanto, de acordo com Michaelis On-line (https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/abocamento/) ABOCAMENTO SIGNIFICA: "1 Ato ou efeito de abocar. 2 Encontro de duas bocas de saco, por exemplo, ou justamento de duas bordas opostas. 3 Conversa entre duas ou mais pessoas; colóquio. 4 ENG Inserção da boca de uma manilha na boca de outra; embocamento. 5 Ponto de interseção."</p> <p>Já conciliábulo, também de acordo com Michaelis On-line (https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/concilio%20A1bulu/) significa: "1 ECLES, ANT Pequeno concílio de prelados, sem legitimação ou consentimento papal, a fim de tratar de objetivos contrários à orientação da Igreja. 2 ECLES Concílio ou reunião de prelados não católicos. 3 POR EXT Pequeno concílio. 4 POR EXT Reunião secreta com objetivos excusos, conluio, conspiração; 5 POR EXT Conversa reservada, geralmente em voz baixa."</p> <p>Deste modo, verifica-se que a palavra "conciliábulo", assim como as demais alternativas, nenhuma delas preenche dentro do contexto da frase a alteração de abocamento com o mesmo sentido ou significado.</p>	<p>Tanto a palavra abocamento quanto conciliábulo devem ser contextualizadas como sinônimos de diálogo, ou seja, conversa entre pessoas: palestra, colóquio, comunicação, abocamento, conciliábulo, confabulação, conferência, congresso, conversa, conversação, converso, entrevista, fala, interlocução, palra, palratório, papo, parla, prática, prosa. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
575	2139	DENIS CARRER FRANCISCO DA SILVA	INDEFERIDO	<p>Fundamentação :</p> <p>A questão merece impugnação uma vez que tem erro .A questão 20 (alternativa letra D , Os deveres e obrigações individuais) , estou errada a palavra (obrigações) .</p> <p>Pois bem , o artigo 60 parágrafo 4 , subseção 2 da emenda à constituição , s 4 não será objetivo de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir .</p> <p>1. A forma federativa de estado .</p> <p>2. O voto direto, secreto , universal e periódico.</p> <p>3. A separação dos poderes .</p> <p>4. (Os poderes e garantias individuais)</p> <p>Dessa forma , entendo que sofri prejuízo em razão do erro da palavra trocada obrigações , que na verdade seria (garantias) na questão D . A mesma me induziu a erro , fazendo confusão entre as competências .</p> <p>Diante do exposto , querer seja anulada a presente questão .</p>	<p>o que não pode ser abolidos os direitos e garantias individuais. e não os deveres e as obrigações. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
607	1491	EBER CARLOS CESAR	INDEFERIDO	<p>3. Assinale a alternativa cujo conteúdo substitui a palavra sublinhada da frase sem alterar o significado:</p> <p>"O superintendente de circuito estava quase terminando a reunião com o corpo de anciãos. Ao olhar para aqueles pastores diligentes, alguns com idade para ser seu pai, sentiu muito carinho por eles".</p> <p>(A) Imberbes. (C) Servos.</p> <p>(B) Reis. (D) Idosos.</p> <p>A questão 3 a resposta Servos também esta correta pois no texto indicado a palavra anciãos também tem significado de Servos devido as características religiosa aonde "superintendente de circuito" "terminando a reunião" "pastores diligentes" deixa claro se tratar de um contexto religioso aonde o ancião que é um "servo".</p> <p>quero que a questão 3 (C) Servos. seja também considerada correta ou anulada</p>	<p>ancião adjetivo substantivo masculino que ou o que tem idade avançada (diz-se esp. de pessoa). "um frade a." adjetivo p.us.muito velho, antigo. "tinha na adega alguns vinhos a. para ocasiões especiais" servo1 substantivo masculino aquele que não é livre, não tem direitos e bens. aquele que obedece ou serve a alguém. "s. de Deus" na sociedade feudal, aquele que era ligado à gleba, e dependente de um senhor, embora não fosse escravo. criado, lacaio, serviçal. dependente de um senhor, de um poder ou força incontrolável; escravo. "s. de um vício" adjetivo que não é livre. adjetivo que faz ou presta serviços; serviçal. adjetivo sujeito a um poder ou a um senhor; escravo. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

631	2841	EDUARDO AZEVEDO PÊCEGO	INDEFERIDO	<p>Excelentíssimos Senhores da Comissão de Recursos e/ou Examinadora.</p> <p>A questão objeto do recurso, deixa margem a dupla interpretação e, nesse sentido, não merece manutenção como forma de avaliação do conhecimento.</p> <p>Observado o gabarito da banca (alternativa 'c'), posso concluir que a questão buscava o número de kits com igual numeração de itens. Contudo, a expressão numeração não consta do enunciado e o trecho 'quantos kits iguais será possível montar', da igual margem de interpretação que a igualdade será na presença de todos os itens (independentemente no número de cada um).</p> <p>Veze que as questões deve servir para selecionar os candidatos conforme seu mérito, em atenção a dupla possibilidade de interpretação do enunciado, pugno pela anulação da questão ou, alternativamente, seja aceito igualmente a resposta na alternativa 'a' que apresente o número máximo de kits com todos os itens presentes.</p> <p>Ante o exposto, aguardamos deferimento!</p> <p>Respeitosamente</p>	<p>Existem critérios matemáticos que remetem a utilização de contas próprias. Estamos diante de uma questão clara de m.d.c, devendo a mesma ser resolvida de forma técnica, pois segundos critérios empíricos, podemos chegar a qualquer resultado, já que poderiam ser montados quaisquer quantidades de kits desde que o número fosse menor do que o item em menor quantidade, ou seja, poderiam ser montados de 1 à 22 kits. O que claramente se pretende com a realização de um concurso público é a aferição do conhecimento técnico do candidato.</p> <p>Trata-se de uma questão de m.d.c., na qual o resultado deveria ter sido obtido com a utilização das constas cabíveis para resolução, obtendo-se ao final o valor 2.</p> <p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
552	2130	EDUARDO FARIA DE ARAUJO	IMPROCEDENTE	<p>Boa tarde ...nesta questão a pergunta foi "respectivamente". Respectivamente traz a ideia de que seja na mesma sequencia, uma vez que o resultado da questão não foi exata...no caso a resposta mais aproximada seria a alternativa "D" já que Maria ganha apenas 3/4 do que João ganha (quer dizer menos).</p> <p>Se a resposta for realmente essa do gabarito, gostaria de ver a resolução do exercício... "LEMBRE-SE RESPECTIVAMENTE"</p> <p>Desde já muito obrigado</p>	<p>questão anulada</p> <p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
525	3479	EDUARDO THEODORO COSTA	DEFERIDO	<p>A referida questão traz em seu enunciado a informação que Maria ganha $\frac{3}{4}$ da mesada de João e que ambos recebem, juntos, a importância de R\$ 450,00. A alternativa que objetiva a questão no gabarito é a de letra "B" que traz os valores R\$ 260,00 e R\$ 190,00.</p> <p>Porém, sabe-se que $\frac{3}{4}$ de 260 é 195 e que o enunciado indaga o valores de ambos "respectivamente".</p> <p>Solicito revisão da referida questão.</p>	<p>questão anulada</p>
539	1046	ELISÂNGELA ALMEIDA	DEFERIDO	<p>Bom dia!</p> <p>Meu nome é Elisângela de Almeida, cpf 32817778804</p> <p>Inscrição: 1046</p> <p>Quero entrar com recurso na seguinte questão:</p> <p>13. A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendo se que a mesada dos dois, somadas, é R\$ 450,00. A mesada de cada um será, respectivamente:</p> <p>(A) R\$ 150,00 e R\$ 300,00 (B) R\$ 260,00 e R\$ 190,00 (C) R\$ 310,00 e R\$ 140,00 (D) R\$ 180,00 e R\$ 270,00</p> <p>TODAS AS ALTERNATIVAS ESTÃO ERRADAS.</p> <p>OS VALORES CORRETOS SERIA: R\$192,86 e R\$257,142</p> <p>COM ISSO SOLICITAMOS A ANULAÇÃO DA QUESTÃO DESDE JÁ AGRADEÇO !</p>	-
638	3899	ÉRICA MARA DOS SANTOS SERAFIM DA CRUZ	INDEFERIDO	<p>Com as expressões "um ou outro" e "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular, embora o plural também seja praticado.</p> <p>Por Exemplo:</p> <p>Um e outro compareceu / compareceram à festa. Nem um nem outro saiu / saíram do colégio</p> <p>Então as alternativas A e B estão corretas</p> <p>Solicito a anulação da questão. Desde já agradeço.</p>	<p>Considerando a norma culta da língua portuguesa, quando os sujeitos são ligados por "nem", o verbo vai para o plural.</p> <p>O sujeito sendo a conjunçãoem, transmitindo ideia de inclusão, o verbo deverá aparecer no plural.</p> <p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p> <p>É o parecer</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

A banca examinadora considerou a letra (B) como a alternativa correta no gabarito preliminar oficial, entretanto, não há alternativa certa na questão 13, pois a questão diz: ". A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendo se que a mesada dos dois, somadas, é R\$ 450,00. A mesada de cada um será, RESPECTIVAMENTE." Logo, na resposta, a mesada de Maria deveria estar escrita primeiro. Além do fato da omissão da palavra "aproximadamente", pois os valores da equação não são exatos como as alternativas sugerem. Resolução da equação: João = x
Maria = $Y = \frac{3}{4}x$

620 4275 EURÍPEDES FÁTIMO DE OLIVEIRA

IMPROCE DENTE
 $X+Y = 450$
 $X + \frac{3}{4}x = 450$
 $4x+3x = 1.800$
 $7x = 1.800$
 $X = 257,142857142857....$
 Logo,
 $Y = \frac{3}{4} \text{ de } x$
 $Y = 3 \times 257,14 = 771,42 = 192,855$
 $Y = 192,855$

Mesada de Maria: 192,855, mesada de João: 257,1428. Esses resultados não se encontram em nenhuma alternativa.

questão anulada
 O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

649 1731 EVERTON JOSE ZILLI

IMPROCE DENTE
 As duas alternativas tanto a B, quanto a C, interpretam o texto, na verdade a alternativa B é a que mais interpreta.

O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

RECURSOS

26 – A questão 26 deve ser anulada, uma vez que a alternativa “A” aceita a remessa necessária de decisão interlocutória. Entretanto o tema ainda não é pacífico.

Na lei a remessa necessária ocorrerá apenas de sentença, conforme artigo 496 do CPC.

A jurisprudência do STJ não aceita remessa necessária de decisão interlocutória.

Veja:

“A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a sujeição à remessa de ofício somente alcança as sentenças, não sendo aplicadas às decisões interlocutórias, de acordo com a redação do artigo 475 do Código de Processo Civil” (AgRg no REsp 757.837/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe 28/09/2009).

Por outro lado, a minoria da doutrina aceita remessa necessária de decisão interlocutória.

No edital deste concurso exigiu-se conhecimento da jurisprudência e do CPC. No texto seco da lei não se aceita remessa necessária de decisão interlocutória, tampouco a jurisprudência do STJ reconhece remessa necessária de decisão interlocutória.

Logo, a questão 26 estaria correta se tiver como fundamento apenas a doutrina minoritária.

Ressalta-se que a prova foi muito bem elaborada, com questões inteligentes.

Entretanto, deve-se aplicar somente um parâmetro para correção, ou seja, se para questão 26 foi desconsiderado o que a lei e a jurisprudência diz, e aceito o que afirma a doutrina, ESSE PARÂMETRO DEVE SER APLICADO PARA OUTRAS QUESTÕES como, por exemplo, a questão 30, que adotou somente o texto seco da lei, apesar da doutrina majoritária afirmar que consórcios públicos ou privados podem executar desapropriação.

Desta forma, se a questão 26 estiver certa com base na doutrina, mesmo contrariando a lei e a jurisprudência, a questão 30 está errada porque se deve seguir o que a doutrina diz, isto é, consórcios públicos ou privados podem executar desapropriação.

Se a questão 26 estiver errada porque contraria a lei e a jurisprudência, então a questão 30 está certa.

O que se pede aqui é o uso de somente um padrão para correção, aplica-se o texto da lei em todas as questões ou se aplica a doutrina.

Requer-se a anulação da questão 26. Em caso de indeferimento, requer-se fundamentação a respeito da adoção da lei, jurisprudência ou doutrina.

27. O gabarito apresenta a letra c como correta. A assertiva não pode estar correta, uma vez que faltam elementos no caput da questão para determinar precisamente se será cobrado ITBI.

O caput da questão fala "Para a transferência da propriedade do referido imóvel da pessoa jurídica Campina Sul Agrícola Ltda. à pessoa física do sócio José da Silva". Nota-se que não está claro qual é o tipo de transferência que ocorre neste caso. Pode ser doação – o que ensejaria cobrança de ITCMD e não de ITBI -, pode ser aquisição por compra e venda.

Em resumo a questão não deixou claro como foi feita a transferência da propriedade.

Requer-se, portanto a anulação da questão 27.

30. O gabarito traz como correta a letra d. Entretanto, a doutrina majoritária afirma que OS CONSÓRCIOS PRIVADOS PODEM EXECUTAR DESAPROPRIAÇÕES.

Veja:

Segundo Mazza:

As associações públicas possuem alguns privilégios, também extensivos aos consórcios com natureza de direito privado, tais como:

a) poder de promover desapropriações e de instituir servidões – art. 2º, § 1º, II;

Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 7 ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 228

Mazza afirma ainda:

Outra coisa é a competência para promover a desapropriação, que consiste em executar atos materiais e concretos de transformação de bem privado em público.

União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Territórios, autarquias, concessionárias e permissionárias de serviços públicos podem exercer referida atribuição. Nesse sentido, prescreve o art. 3º do Decreto-Lei n. 3.365/41: "Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato".

Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 7 ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 984

Marcelo Harger

Defende que, embora o art. 2º, §1º, II da Lei nº 11.107/05, pareça restringir a possibilidade ao "consórcio de direito público", também os de direito privado podem promover desapropriações e instituir servidões, pela interpretação do dispositivo no contexto (artigo e parágrafo em que se insere, e conjugado com a lei de desapropriações (Decreto-lei nº 3.365/41)

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Harger, Marcelo. Consórcios Públicos na Lei nº 11.107/05. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 106-107

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

Enumera as vantagens que os consórcios, tanto de direito público quanto de direito privado, têm garantidos por lei:

a) poder de promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público (art. 2º, §1º, inciso II);

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Desta forma, se a questão 30 estiver certa com base apenas na letra da lei, mesmo contrariando doutrina majoritária, a questão 26 está errada porque se deve seguir o que a lei diz, isto é, a remessa necessária ocorrerá apenas de sentença.

Se a questão 30 estiver errada porque contraria a doutrina majoritária, então a questão 26 está certa.

O que se pede aqui é o uso de somente um padrão para correção, aplica-se o texto da lei em todas as questões ou se aplica a doutrina.

Requer-se a anulação da questão 30. Em caso de indeferimento, requer-se fundamentação a respeito da adoção da lei, jurisprudência ou doutrina.

questão 26

<https://daniloborgescouto.jusbrasil.com.br/artigos/644075387/remessa-necessaria-aspectos-relevantes-e-alteracoes-do-cpc-15>

Ausência de erro material da questão, pedido indeferido.

questão 27

<https://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524042887/8084517520178120001-ms-0808451-7520178120001/inteiro-teor-524042911?ref=ju>

Ausência de erro material da questão, pedido indeferido.

questão 30

<https://gustavodeitos.jusbrasil.com.br/artigos/544087054/os-consorcios-publicos-de-direito-privado-realm-ente-integram-a-administracao-indireta-dos-entes-politicos-consorciados?ref=serp>

<https://nessamoraest29.jusbrasil.com.br/artigos/624582175/intervencao-do-estado-na-propriedade?ref=serp>

Ausência de erro material da questão, pedido indeferido.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

376	5154	FABRICIO RODRIGUES DOS SANTOS	DEFERID O	<p>Essa referida questão consta com um erro da ordem das respostas, a palavra "respectivamente" trazida no enunciado, conforme dicionário brasileiro o seu significado é: "na devida ordem", vejamos que PRIMEIRO foi traduzido de MARIA, onde recebia uma quantidade menor que João, ou seja 3/4 do valor da mesada de João. Então entende-se que o primeiro valor da resposta tem que ser menor que a segunda, pois o enunciado pede "respectivamente".</p> <p>Correto seria "R\$ 190,00 e R\$ 260,00" e não o contrário.</p> <p>Nas alternativas postas a ser escolhidas não tem a resposta na "respectiva" ordem conforme o pedido.</p> <p>Devido tal erro pugna-se pela anulação da questão.</p> <p>Fatos que pede deferimento.</p>	questão anulada																				
371	5411	FAUSTO HONORATO	IMPROCE DENTE	<p>A questão pede para mostrar quantos cada um dos dois irmãos ganharia sendo que um ganha 3/4 diferente do outro que ganha 1/4, a soma dos dois resulta em 450,00. As alternativas não condiz com o resultado pois 3/4 de 450,00 = 337,50.</p> <p>Em nenhuma alternativa mostra este valor, pois respectivamente como foi pedido seria. R\$337,50 e R\$112,50.</p>	questão anulada																				
512	2528	FERNANDA LISI JORGE	INDEFERID DO	<p>Na forma descrita no item 9.3 (9.3 Quando o recurso se referir ao gabarito da prova objetiva, deverá ser elaborado de forma geral, ou seja, todas as questões a serem recorridas devem ser contempladas no mesmo recurso e a decisão será tomada mediante parecer técnico da Banca Examinadora), do edital de abertura do concurso, apresento recurso das questões 15, 26 e 27, conforme segue:</p> <p>Questão 15 – A questão 15 merece ser anulada, uma vez que o enunciado da questão permite ao candidato encontrar mais de uma resposta, tendo em vista que não deixa claro que todos os itens deveriam ser utilizados para a confecção dos Kits. A questão indica que serão montados Kits contendo sabonete, pasta e escova de dente, sendo que a instituição possui 22 escovas, 64 pastas e 128 sabonetes e, por fim, questiona quantos kits iguais será possível montar. Dessa forma, não esclarece o enunciado que todos os itens devem ser utilizados e que não poderá haver sobra de nenhum deles, apenas questiona quantos kits será possível montar. Assim, é possível montar 2, 4, 10 ou 22 kits iguais, já que o que o enunciado não dispôs que todos os itens devem ser utilizados. Veja:</p> <table border="1" data-bbox="683 1093 959 1205"> <tr> <td>kits</td> <td>pasta</td> <td>escova</td> <td>sabonete</td> </tr> <tr> <td>2</td> <td>32</td> <td>em cada</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>16</td> <td>em cada</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>6</td> <td>em cada</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>22</td> <td>2</td> <td>em cada</td> <td>1</td> </tr> </table> <p>Portanto, a questão em tela merece ser anulada.</p> <p>Questão 26 – A questão 26 merece ser revista e ter seu gabarito alterado, uma vez que questiona o candidato quanto à possibilidade de reexame necessário da anulação do crédito tributário por decisão interlocutória, sendo que o processo prosseguirá quanto aos demais pedidos, trazendo como resposta a alternativa "A", que estabelece que: "Devido à cisão do julgamento de mérito, a remessa necessária também ocorrerá quando a decisão interlocutória enfrentar um dos pedidos ou parcela deles, deixando o remanescente para julgamento mais adiante." Entretanto, a alternativa mais aceitável para a questão é a letra "D". Veja: Segundo estabelece o caput do artigo 496 do Código de Processo Civil, a SENTENÇA está sujeita ao duplo grau de jurisdição. Assim, fica evidente que o legislador conferiu a possibilidade de reexame necessário apenas as sentenças proferidas, não tendo cabimento para as decisões interlocutórias. Ademais, a remessa necessária não é cabível em todos os casos, tendo em vista que os parágrafos 3º e 4º do supramencionado artigo estabelecem limites para sua utilização.</p> <p>No caso em tela, a questão, além de tratar de decisão interlocutória, não traz elementos suficientes para que fosse auferível o cabimento ou não da remessa necessária, com base nos limites impostos pela própria legislação.</p> <p>Além disso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido do não cabimento de remessa necessária às decisões interlocutórias, de maneira que não há notícia de alteração de entendimento após a edição do novo Código de Processo Civil: "A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a sujeição à remessa de ofício somente alcança as sentenças, não sendo aplicadas às decisões interlocutórias, de acordo com a redação do artigo 475 do Código de Processo Civil" (AgRg no REsp 757.837/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 08/09/2009, DJe 28/09/2009).</p> <p>Ainda, o parágrafo 5º do artigo 356, do mesmo diploma legal, dispõe que a decisão interlocutória proferida pelo juiz que decidir parcialmente o mérito é impugnável por agravo de instrumento.</p> <p>Diante do exposto, a questão 26 merece ser anulada.</p> <p>Questão 27 – a questão 27 merece ser anulada, haja vista que possui 2 alternativas idênticas como possibilidade de resposta. Ademais, seu enunciado diz respeito à transferência da propriedade do imóvel da pessoa jurídica para a pessoa física, sendo que a alternativa apontada como correta refere-se à transferência realizada entre as pessoas jurídicas.</p>	kits	pasta	escova	sabonete	2	32	em cada	11	4	16	em cada	5	10	6	em cada	2	22	2	em cada	1	<p>questão 15</p> <p>Existem critérios matemáticos que remetem a utilização de contas próprias. Estamos diante de uma questão clara de m.d.c, devendo a mesma ser resolvida de forma técnica, pois segundos critérios empíricos, podemos chegar a qualquer resultado, já que poderíamos ser montados quaisquer quantidades de kits desde que o número fosse menor do que o item em menor quantidade, ou seja, poderíamos ser montados de 1 a 22 kits. O que claramente se pretende com a realização de um concurso público é a aferição do conhecimento técnico do candidato.</p> <p>Trata-se de uma questão de m.d.c., na qual o resultado deveria ter sido obtido com a utilização das constantes cabíveis para resolução, obtendo-se ao final o valor 2.</p> <p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p> <p>questão 26</p> <p>https://daniloborgescouto.jusbrasil.com.br/artigos/644075387/remessa-necessaria-aspectos-relevantes-e-alteracoes-do-cpc-15</p> <p>Ausência de erro material da questão, pedido indeferido.</p> <p>questão 27</p> <p>https://tj-ms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/524042887/8084517520178120001-ms-0808451-7520178120001/inteiro-teor-524042911?ref=ju</p> <p>Considerando que a questão é dotada de somente uma alternativa correta.</p> <p>Considerando a ausência de qualquer erro material.</p> <p>Considerando a ausência de erro formal que impossibilitasse a opção por uma única alternativa correta.</p> <p>Considerando a ausência de erro que interferisse na análise da questão.</p> <p>Indefiro o pedido formulado pelo candidato</p> <p>É o parecer</p>
kits	pasta	escova	sabonete																						
2	32	em cada	11																						
4	16	em cada	5																						
10	6	em cada	2																						
22	2	em cada	1																						

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

416	1927	FERNANDO ROGERIO REGATIERI	INDEFERIDO	<p>a lei 4320/64 nos fala no seu art que empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Porém na obra de Sergio Mendes AFO 5.ED que a parte não mencionada na questão fica incompleta pois (pendente ou não de implemento de condição). Tal artigo deve ser entendido como uma garantia ao credor que, se ele cumprir os termos do que foi tratado com a Administração, receberá o pagamento que estará reservado para ele. Porém, estando a despesa legalmente empenhada, nem assim o Estado se vê obrigado a efetuar o pagamento, uma vez que o implemento de condição poderá estar concluído ou não. A lei 4320/64 determina que o pagamento de qualquer despesa pública, seja ela de que importância for, passe pelo crivo da liquidação. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega de bens, ou ainda, a realização da obra, evitando, dessa forma, o pagamento sem implemento de condição. Art 62 4320/64 . O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após regular LIQUIDAÇÃO. Portando peça a alteração do gabarito para letra (A) .</p>	<p>Oato que cria a obrigação do pagamento não se confunde com o ato de recebimento, ou do efetivo pagamento, que precede de liquidação. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
379	279	FLAVIA DE SOUZA LELE	INDEFERIDO	<p>Questao 27</p> <p>O enunciado preconiza que houve a compra da propriedade pela empresa Campina Sul Agricola, e que haveria a transferência para a pessoa física do sócio José da Silva.</p> <p>Nesse caso, a alternativa A e B estão duplicadas, além do mais, a alternativa tida como correta no gabarito é a C, porém, essa questão traz ambiguidade, visto que, a empresa fora transferida à pessoa física, causando desta forma um induzimento a pegadinhas, a troca de palavras "pessoa física" para "pessoa jurídica".</p> <p>Requer desta forma, a anulação da mesma, para que não ocorra maiores prejuízos aos candidatos.</p>	<p>Considerando que a questão é dotada de somente uma alternativa correta. Considerando a ausência de qualquer erro material. Considerando a ausência de erro formal que impossibilitasse a opção por uma única alternativa correta. Considerando a ausência de erro que interferisse na análise da questão. Indefiro o pedido formulado pelo candidato É o parecer</p>
595	1903	FRED GRAN TANAKA GONCALVES	INDEFERIDO	<p>Esta questão diz respeito ao texto-base apresentado, de autoria de Clarice Lispector, denominado "Das vantagens de ser bobo".</p> <p>O enunciado diz: Segundo a interpretação que se extrai do texto, está correto afirmar que bobo é aquele que:</p> <p>A resposta constante do gabarito preliminar é: (C) Que acredita, que coloca fé em alguma coisa, que tenta enxergar os fatos com um viés humanista.</p> <p>O candidato recorre pelos motivos abaixo:</p> <p>Não consta do texto-base para a questão situações de "colocar fé" ou "enxergar com viés humanista", como diz a alternativa, ao afirmar que o bobo já possui um posicionamento está direcionado para o bem coletivo, afastando-se da proposta do texto. Se considerada esta proposta como correta, o conceito de bobo estaria próximo ao de líderes de minorias desassistidas, afastando-se do sentido do texto.</p> <p>Para o texto, o bobo é a pessoa que enxerga os fatos sem um viés e, exatamente por não ter este viés, tem "originalidade" e "espontaneamente lhe vem a ideia". Possui amor, afinal "é capaz de excesso de amor". Isso não significa colocar fé ou crença prévia em algo. Apenas deixa acontecer, "aliás não se importam que saibam que eles sabem".</p> <p>Os conceitos aplicados na questão e na resposta proposta são diferentes, por este motivo solicitamos a anulação desta questão.</p>	<p>Interpretar exige do leitor o entendimento das entrelinhas do texto, considerando as características do autor, bem como da mensagem que se pretende comunicar. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido. É o parecer</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

É com muito respeito que dirijo este recurso à banca IMAGINE, relativa a questão nº13 - Matemática - Cargo: Fiscal de Renda.

A palavra "respectivamente" se encontra no dicionário com as seguintes descrições.

1.
de maneira recíproca.
"ergueram os chapéus, r., cumprimentando-se"
2.
na devida ordem.
"tomaram a palavra o prefeito, o deputado e o governador, r."

Esta palavra foi utilizada ao final do exercício 13, e dentro da interpretação correta para o caso (na devida ordem), sugere que, a ordem dos indivíduos apresentados no enunciado deveria ser respeitada. Portanto, o salário de Maria teria que vir primeiro que o de João, o que não aconteceu na resposta oferecida no gabarito pela vossa banca, invertendo as posições e dando como certa a alternativa b, contrariando o valor semântico da palavra "respectivamente". Sendo a resposta "D" dentro desta perspectiva a mais próxima do resultado correto.

Como embasamento para o recurso, adiciono aqui algumas questões de concursos de diversas bancas que apresentam a mesma particularidade, mas sempre respeitando a ordem apresentada no enunciado, quando se utiliza a palavra "respectivamente"

Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: AL-BA Provas: FGV - 2014 - AL-BA - Técnico de Nível Médio - Administrativa

"A explosão no consumo de drogas / exacerbou, por sua vez, a violência da criminalidade comum". As partes desse segmento do texto indicam, respectivamente

- A
consequência / causa
- B
causa / conclusão
- C
conclusão / explicação
- D
explicação / causa
- E (Resposta correta)
causa / consequência

OBS - A resposta correta neste caso foi a letra D, por obedecer a ordem do enunciado, veja que temos na letra A a mesma resposta em situação de inversão, dessa forma tornando-se errada.

Ano: 2008 Banca: FCC Órgão: TCE-AL Prova: FCC - 2008 - TCE-AL - Analista de Sistemas

Switches, Repetidores e Roteadores atuam respectivamente nas camadas

- A (Resposta Correta)
de enlace, física e de rede.
- B
de rede, de enlace e de transporte.
- C
física, de enlace e de rede.
- D
de enlace, de transporte e física.
- E
física, de rede e de enlace.

Obs- Note, mais uma vez, que a letra "C" e "E" apresentam as mesmas palavras que a resposta correta "A", mas por contrariarem a ordem do enunciado exigida na palavra "respectivamente" se tornam incorretas.

Ano: 2012 Banca: VUNESP Órgão: TJ-SP Prova: VUNESP - 2012 - TJ-SP - Assistente Social

Foram analisados os processos _____ autos se discutia a política de proteção ao menor _____ se refere a legislação pátria. Houve várias sessões, _____ foram convocados especialistas no assunto.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- A (Resposta Correta)
em cujos ... a que ... para as quais
- B
que nos ... à qual ... as quais
- C
nos quais ... no que ... que
- D
de cujos ... à que ... a cujas
- E
que nos seus ... que ... a que

OBS - Note que a resposta obedece a ordem do enunciado, sempre respeitando o valor semântico da palavra "respectivamente", que de forma diversa, traria ausência de coesão entre resposta e enunciado.

392 2079 GABRIEL JEAN SAMPAIO

IMPROCE
DENTE

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Outro embasamento

Veja a orientação fornecida pelo site Segredos de Concursos.

4. Pegadinha do respectivamente

Parece simples, mas muita gente erra ao desconsiderar a importância do termo "respectivamente" numa questão.

Toda vez que esse termo aparecer, significa que a resposta deve ser dada na ordem da pergunta. Por exemplo:

PERGUNTA: Os estados brasileiros que começam com a letra "B" e com a letra "T" são, respectivamente:

a) Bahia e Tocantins

b) Tocantins e Bahia

A resposta certa é a Letra "A", porque a resposta foi dada na ordem da pergunta.

Segue link para averiguação.

<https://segredosdeconcurso.com.br/pegadinhas-concursos/>

questão anulada
O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

486	1729	GABRIELA BATISTA DE PAULO ZILLI	IMPROCEDENTE	boa noite, gostaria de entrar com recurso, com relação a questão numero 15 da prova aplicada ontem, do cargo fiscal de renda, a questão era sobre matematica, e esta incorreta as alternativas dadas na questão, onde segundo o gabarito diz que na expressão 4589/7, o divisor é o 4589 e não é verdade, porque ele é o dividendo e o divisor é o numero 7.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
584	1847	GABRIELA SANTANA FERREIRA GUIDINI	IMPROCEDENTE	As questões de interpretação de texto, não tinha como ser perguntas de ensino fundamental, questão sem fundamento.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
613	1691	GRAZIELLA RODRIGUES DA SILVA SOUZA	DEFERIDO	Na questão não existe alternativa correta. Pois a mesada de maria é obrigatoriamente menor que a de João. Sendo assim a alternativa B não pode ser considerada correta.Venho por meio deste solicitar a anulação da questão.	-
409	608	GUILHERME FERNANDES SILVA	INDEFERIDO	<p>Não existe razão pela qual a alternativa C esteja errada, uma vez que a narrativa de certa maneira traz uma lição de moral e não se abstém de ser um texto educativo.</p> <p>Outrora, a narrativa não prevalece de meio humorístico como declara alternativa A. Tendo em vista essa ambiguidade a questão deve ser anulada.</p>	<p>O gênero escolhido pela autora é identificado como crônica, onde diferentemente da fábula que é uma Narrativa em verso ou em prosa sobre personagens e fatos fantásticos que Apresenta duas características marcantes: ser protagonizada principalmente por animais e ter como finalidade transmitir uma lição de moral, possuindo um cunho educativo, A crônica é uma Narrativa em prosa, sucinta e informal, que aborda temas simples e cotidianos, faz uma crítica a acontecimentos do dia a dia, recorrendo ao humor. Tem como objetivo analisar e criticar a realidade social, política ou cultural. Dos textos literários é o que mais se aproxima do texto jornalístico.</p> <p>A questão pedia para que o candidato considerasse o GÊNERO do texto, devendo portanto se ater às características do, independente das impressões pessoas acerca desta narrativa. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
470	748	GUILHERME LUIS	IMPROCEDENTE	<p>A questão de número 21, bem como todas as demais questões de conhecimentos específicos é sobre um conteúdo não constante no edital.</p> <p>Não houve nenhuma questão de conhecimentos específicos que pedia algo constante no edital.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
566	3493	GUSTAVO CÂNDIDO DOS SANTOS	INDEFERIDO	<p>Na questão de n. "30" a banca considerou que "ALTERAR LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA" não integra o conjunto de objetivos da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgando a alternativa "B" como correta, no entanto conforme art. 165, §2º da Constituição Federal (1988), está disposto o seguintes: "A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento". Logo alterar a legislação tributária também integra o conjunto de objetivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É certo que para se alterar uma lei tributária, faz-se necessária a aprovação de outra lei dispondo sobre essa eventual alteração, mas a questão não pergunta o que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) "pode ou não" fazer sozinha, a questão dispõe apenas quanto aos objetivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e conforme citado acima, alterar a legislação tributária é disposto como um objetivo na Constituição Federal do Brasil.</p> <p>Por fim, considerando os aspectos dispostos no art. 165, §2º da Constituição Federal (1988), a alteração na legislação tributária é sim um objetivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ainda que para concluir tal alteração tenha necessidade de haver a criação de uma lei específica, e dessa forma a alternativa "B" da questão de n. "30" não é a alternativa correta, fazendo necessário efetuar o cancelamento da questão, tendo em vista que todas as alternativas tratam-se de objetivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) conforme previsto na Constituição Federal do Brasil.</p>	<p>Definição das metas e prioridades da Administração Pública Federal: as disposições que constarão da LOA devem ser comparadas com as metas e prioridades da Administração Pública. Assim, pode-se verificar se as metas e prioridades podem ser concretizadas a partir da alocação de recursos na LOA. Orientação à elaboração da lei orçamentária anual: reforça a ideia que a LDO é um plano prévio à LOA, assim como o PPA é um plano prévio à LDO. É o termo mais genérico, pois inclui também as metas e prioridades da Administração Pública, as alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências oficiais de fomento. Portanto dispor sobre as alterações não equivale à alterar. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

476	274	HUGO DE FREITAS BARBOZA	IMPROCE DENTE	<p>A) Não tem jeito de se confirmar que há "jogo de palavras" no Título do sexto, questão ambígua e sem nexos e comprovação explícita no Título (por si só já anulária a alternativa D)</p> <p>B) Uma desconstrução do quê? do Texto?</p> <p>C) Assertiva muito vaga, relativa em relação a cada leitor, sendo impossível afirmar tal questão.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
572	670	JAQUELINE DE OLIVEIRA NOGUEIRA PIMENTEL	INDEFERIDO	<p>A questão solicita que o candidato assinale a alternativa cujo conteúdo interpreta corretamente a seguinte frase do texto: "Os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontraem diante dos bobos", trazendo como gabarito a alternativa C reproduzida abaixo: "(C) Quando um esperto percebe que o outro é bobo, ele não se preocupa em ser esperto." Analisando as alternativas oferecidas ao candidato, a que mais se encaixa interpretativamente ao que se indaga é a alternativa B, que segue: "(B) Os espertos não veem esperteza nos bobos e por isso não ficam atentos." Ora, se os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias, levando a entender que "alheias" são as pessoas que não são bobas, os bobos, então, passam despercebidos. Melhor explicando diante do contexto da indagação: os espertos não veem esperteza nos bobos, porque estão atentos à esperteza daqueles que não são bobos, então, se estão atentos aos que não são bobos, os realmente bobos passam despercebidos. Se os bobos passam despercebidos, pode-se concluir que os espertos se descontraem diante da aparente insignificância da esperteza dos que são bobos, não dando a eles a devida atenção. Diante do enquadramento desta interpretação trazida pela alternativa B como correta, requiro que anulem esta questão, por ser medida de inteira justiça.</p>	<p>Questão isenta de erro material, impassível portanto, de alteração.</p>
435	2434	JAQUELINE SOUZA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	<p>Boa tarde!</p> <p>Gostaria de questionar o resultado do gabarito referente a questão nº 15, porque eu entendo que a alternativa correta deve ser a alternativa "A", e não a alternativa "C".</p> <p>No meu entendimento, a questão pergunta "QUANTOS KITS IGUAIS" é possível montar, sendo assim, somente pelo raciocínio lógico é possível perceber que se há 3 tipos de produtos diferentes disponíveis para montar os kits, e um deles conta com somente 22 unidades, fica claro que o número de kits que vai ficar com a quantidade e produtos iguais quando montados será de 22 kits, já que não haverá mais escovas de dentes para montar mais kits além das 22 escovas. Se a questão estivesse pedindo a quantidade de TIPOS de kits que seria possível montar, aí poderia ser que houvessem 2 tipos diferentes, um tipo contendo 3 produtos e outro tipo contendo 2 produtos, e até um terceiro contendo somente um produto que sobrou, mas nesse caso não seria um kit.</p> <p>E no caso desta questão específica, o texto inicial fala que "SERÃO DISTRIBUIDOS KITS DE HIGIENE PESSOAL CONTENDO SABONETE, PASTA E ESCOVA DE DENTES", ou seja, os 3 produtos juntos e no "SINGULAR", subentendendo-se que serão kits com 1 unidade de cada item. Ainda daria para acrescentar mais sabonetes e pastas de dentes em cada kit até acabar as quantidades, mas para ser kits iguais COM OS 3 ÍTENS se limitaria em 22 kits. E isso só é possível em 22 kits, porque só há 22 escovas de dentes disponíveis.</p> <p>Sendo assim, aguardo uma posição quanto a este recurso, e a correção do gabarito, porque eu assinalo a alternativa "A" no meu caderno de respostas e julgo que ela está correta, e não a alternativa "C" conforme consta no gabarito que foi divulgado no site. Desde já agradeço.</p>	<p>Trata-se de uma questão de m.d.c., na qual o resultado deveria ter sido obtido com a utilização das constantes cabíveis para resolução, obtendo-se ao final o valor 2. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
443	1434	JEAN DE SOUZA COSTA	IMPROCE DENTE	<p>Nenhuma das alternativas é a resposta certa.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
437	3069	JOÃO PAULO GASPAR DOS SANTOS	INDEFERIDO	<p>A alternativa D (gabarito da questão) afirma que todas as alternativas estão corretas, dessa forma o candidato não pode ser penalizado por escolher qualquer das outras alternativas, visto que todas estão corretas. Além disso, se todas estão corretas, temos quatro questões corretas o que contraria a regra expressa na folha de instruções de que as questões são compostas de quatro opções e que apenas UMA responde corretamente à questão. Por esse motivo, a questão deve ser anulada.</p>	<p>Considerando que todas as alternativas estavam corretas, o candidato não poderia ter optado por apenas umas das alternativas que estavam corretas, sendo assim não atenderia a total necessidade de conhecimento exigido para a resposta da questão. Considerando que não há erro material que justifica a anulação da questão, indefiro o presente pedido. É o parecer.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

464	2730	JOÃO PAULO PEREIRA DUARTE	IMPROCEDENTE	<p>13. A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendose que a mesada dos dois, somadas, é R\$ 450,00. A mesada de cada um será, respectivamente: (A) R\$ 150,00 e R\$ 300,00 (B) R\$ 260,00 e R\$ 190,00 (C) R\$ 310,00 e R\$ 140,00 (D) R\$ 180,00 e R\$ 270,00</p> <p>A questão 13 no minimo ficou confusa, a resposta considerada certa (B) além de não ser exatos $\frac{3}{4}$ como mencionado na questão, no final encontra-se a palavra respectivamente, sugerindo que o primeiro valor fosse de maria e o segundo de joao, sendo o valor de maria portanto menor que de joão, contudo não foi o visto na resposta. Desde já obg!</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
407	15	JOÃO PEDRO CARDOSO JORGE	IMPROCEDENTE	<p>O conteúdo da questão não condiz com o disposto no edital, anexo I conteúdo programático Escriturário II. O conteúdo apresentado no edital era referente à conhecimentos de informática e softwares windows.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
531	4805	JOICE CRISTINA BEZERRA PERON	IMPROCEDENTE	<p>Está questão não possui alternativa correta, pois, três quartos de 450,00 é 337.50 e a diferença dentre eles é 112.50, portanto a mesada de Maria é 337.50 e João é 112.50.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
554	1412	JOSE CARLOS JESUS MACIEL	DEFERIDO	<p>A questão tratada diz no enunciado que Maria tem mesada de $\frac{3}{4}$ ou equivalente a 75% da mesada de João, então Maria recebe menos que João. Diz também os valores respectivos então é a mesada de Maria e depois a de João, fazendo os cálculos sabendo que a soma é 450 dos dois chega-se ao valor de 192 para Maria e 257 para João, o que torna a alternativa B errada (pois indica que Maria já ganha mais que João) o valor que mais se aproxima é a alternativa D, logo solicito a troca do gabarito ou anulação da questão.</p>	-
471	1986	JOSIMARA DA SILVA RIOS	DEFERIDO	<p>Na questão não existe alternativa correta. Pois, de acordo com o enunciado a mesada de Maria corresponde a 75% ($\frac{3}{4}$) da mesada de João. Ou seja, a mesada de Maria é obrigatoriamente menor que a de João. Sendo assim, a alternativa B NÃO PODE ser considerada a correta. Também analisando as outras alternativas nenhuma está correta. Venho por meio deste solicitar a anulação da questão.</p>	questão anulada
378	2970	JULIA GOMES MIRANDA E MOREIRA	INDEFERIDO	<p>Alternativas "a" e "b" idênticas. Nulidade na questão.</p>	<p>Considerando que a questão é dotada de somente uma alternativa correta. Considerando a ausência de qualquer erro material. Considerando a ausência de erro formal que impossibilitasse a opção por uma única alternativa correta. Considerando a ausência de erro que interferisse na análise da questão. Indefiro o pedido formulado pelo candidato É o parecer</p>
634	206	JULIANA MARTINS DA SILVA	IMPROCEDENTE	<p>O enunciado da questão não deixou claro que não poderiam sobrar objetos e nem deixou claro quantos objetos deveriam existir em cada kit. Desta forma, a obscuridade do enunciado deixou margens para que se interpretasse como sendo correta a alternativa "A" (22 kits), uma vez que seria possível montar 22 kits iguais com 3 objetos diferentes em cada um. Desta forma, restou prejudicada a resolução dessa questão.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
401	3978	KAIKE GREGÓRIO CARDOSO	IMPROCEDENTE	<p>Segundo consta no Edital, Anexo I Conteúdo Programático, para a vaga de Escriturário II, nos Conhecimentos Específicos, consta que deveria estar presente no caderno de questões conteúdo sobre Informática, porém no caderno, a Questão 21 apresenta conteúdo sobre Legislação.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
563	4883	LARIZI MAIRA GRANVILLE	IMPROCEDENTE	<p>O conteúdo da questão não gosta no edital como matéria(assunto) específico para prova, portanto está questão está fora do contexto de um edital.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
438	135	LAURA APARECIDA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO	<p>Na questão 13 diz que a mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João, e pede-se para dar o valor da mesada de cada um, respectivamente, sabendo-se que a soma das duas mesadas é 450 reais. Considerando essas informações é bem óbvio que como foi pedido "respectivamente", nas alternativas primeiro teria que vir o valor da mesada de Maria, e depois a mesada de João, além de que a mesada dela não teria como ser maior do que a de João, já que ela ganha o equivalente a $\frac{3}{4}$ da mesada dele. Mas no gabarito a resposta desta questão é a alternativa B) R\$ 260,00 e R\$ 190,00, quando na verdade, a resposta correta deveria ser a alternativa D) R\$ 180,00 e R\$ 270,00. Gostaria que fosse revista esta resposta e, se for o caso, a anulação da mesma.</p>	questão anulada

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

				(D) descreve algo ou alguém, levando o leitor a criar uma imagem mental de um objeto.	A questão pedia para que o candidato considerasse o GÊNERO do texto, devendo portanto se ater às características do Gênero épico ou gênero narrativo, independente das impressões pessoais acerca desta narrativa. O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
404	1411	LEIDIANE SILVA DA COSTA	IMPROCE DENTE	Segundo o gabarito a resposta para a pergunta 8 está citada acima. Diante da leitura eu não fui levada a gerar uma imagem mental de um objeto em momento algum. Se a resposta procede, então, qual imagem mental de um objeto eu deveria ter gerado na minha mente na leitura do texto?	
632	4965	LINDOMAR RIBEIRO	IMPROCE DENTE	Em uma instituição serão distribuídos kits de higiene pessoal "contendo sabonete, pasta e escova de dentes". Sabendo que a instituição conta com "22" escovas de dentes, 64 pastas e 128 sabonetes, quantos Kits iguais será possível montar? (A) 22 "A resposta correta seria a "A" e não a "C", pois posso montar 22 kits, cada um contendo 1 escovas de dente, 2 pastas e 5 sabonetes. (B) 10 (C) 2 (D) 4	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
427	3131	LÍVIA BIANCO PERON	IMPROCE DENTE	De acordo com a questão de número 1, a resposta correta é a alternativa A. Entretanto está equivocadamente errada. De acordo com o renomado autor Evanildo Bechara em seu livro Moderna gramática portuguesa/Evanildo Bechara. - 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009., página 660: "Com nem um nem outro é de rigor o singular para o substantivo e verbo: Nem um nem outro livro merece ser lido. ". Deste modo, faz-se correta a alternativa B.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
390	2154	LUCAS BURIAN GUEDES	IMPROCE DENTE	A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendo-se que a mesada dos dois, somadas, é R\$ 450,00. A questão está dizendo que respectivamente as duas mesadas eram 260 reais e 190 reais. Ou seja, 260 reais da Maria e 190 do João, porém Maria deveria receber menos que João, já que é $\frac{3}{4}$ do que João recebeu. A resposta correta seria 180 e 270 que corresponde a essa fração de $\frac{3}{4}$ e a soma é 450 reais.	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
428	193	LUCAS CAMPOS DA SILVA	IMPROCE DENTE	A questão em si não apresenta alternativa que responda a questão, no gabarito a resposta correta apresentada é a letra "D", no entanto 180 não equivale à $\frac{3}{4}$ de 270 e sim $\frac{2}{3}$.	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
				Houve um erro na formulação da questão, sendo anulada pela VUNESP e outras bancas em casos similares. A questão 7: 7. Considerando a interpretação do texto, assinale a alternativa correta: Tem como alternativa correta: (D) Todas estão corretas.	
367	396	LUCAS DELGADO MAESTRI	IMPROCE DENTE	E se todas estão corretas, então poderia ser assinalada a alternativa (A), (B) e a (C), pois pedia a alternativa correta no caso em questão. Trata-se de um caso com 4 alternativas corretas. Questões deste tipo devem ser elaboradas através de itens, de VERDADEIRO e FALSO, com I) II) III) e IV) e deve-se assinalar a alternativa correta correspondente. Qualquer alternativa marcada estaria correta, já que todas estão. A VUNESP, a CESP, a FGV já anularam questões assim, trata-se de raciocínio lógico. Em questões assim, nos cursinhos, é ensinado que essa alternativa ((D) Todas estão corretas), já é a primeira a ser dispensada, pois logicamente torna todas as outras corretas também, e passíveis de serem assinaladas.	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
383	1860	LUCIANO APARECIDO SACONI JÚNIOR	IMPROCE DENTE	A questão número 13, não apresenta a alternativa com a resposta correta, já fiz e refiz, como é feito esse procedimento, cancela a questão? Porque não é esse do gabarito, é da questão mesmo que não apresenta a alternativa correta nas opções... Obrigado	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

618	3981	LÚIS GUSTAVO DA SILVA FERRO	INDEFERIDO	<p>A questão 18 merece ser anulada haja vista que nenhuma das alternativas poderá ser considerada como correta. O gabarito apontou como alternativa correta a letra "B" onde o item "III" está relacionado ao item "d". Todavia, diante o enunciado do item "III" não há como atribuir ao mesmo, dentro do contexto da questão, relação com o item "d – empresa estatal dependente" haja vista que o próprio enunciado do item "III" deixa claro se tratar de "empresa controlada" o que fica evidente pela leitura do mesmo: "III - Empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.". Sendo assim, se há distinção entre "empresa controlada" e "empresa estatal dependente" fica notório que o item "III" não pode ser relacionado ao item "d – empresa estatal controlada" pois o próprio enunciado corrobora que se trata de empresa controlada já que inicia o item "III" como "III – Empresa controlada...". Claro está a incoerência, deixando evidente que não haveria nenhuma alternativa que possa ser declarada como correta, o que redundaria na anulação da questão.</p>	<p>Considerando que cada termo (a, b, c e d) associa-se à uma proposição específica, ainda que alguma seja mais genérica que outra, cada qual deveria ater-se às suas especificidades. Considerando que não há erro material que justificaria a anulação da questão, indefiro o presente pedido.</p>
460	3539	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVEIRA	IMPROCEDENTE	<p>A questão pergunta qual é o valor RESPECTIVO de cada personagem, deste modo, não há como o valor recebido por Maria ser maior do que o valor recebido por João, levando em consideração a proporção de 3/4 apresentada no enunciado.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p> <p>Os crimes previstos no art. 1º do DL nº 201/67 configuram, na melhor exegese, crimes funcionais, sujeitos a processo e julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente de autorização do órgão legislativo municipal. Inexiste impedimento legal da instauração ou prosseguimento da ação penal após a extinção do mandato de prefeito. Precedente do STF. O art. 4º do DL nº 201/67 elenca as infrações político-administrativas, em que se prevê a perda do mandato, sendo julgadas pela Câmara Municipal. A cassação do exercício do cargo de prefeito impede a instauração ou o prosseguimento do processo político-disciplinar, regulado no art. 5º do referido Decreto-Lei, em face da perda do objeto. A Constituição de 1988, ampliou a autonomia dos Municípios, a estes entregou a tarefa de disciplinar o processo de perda de mandatos municipais, bem como definir infrações político-administrativas, por meio de lei local, ou até mesmo na sua lei orgânica. A questão tratou da questão geral apresentada pela CF/88, estando correta a alternativa A. Conforme decreto 201/67, os crimes de responsabilidade praticados pelo Chefe do Executivo Local, serão julgados diretamente pelo Poder Judiciário, vejamos: "Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:" No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
439	2224	LUIS MATHEUS GARCIA	INDEFERIDO	<p>A banca considerou a letra (A) a alternativa correta. No entanto, essa alternativa está incorreta, pois tratou de forma genérica o conceito de crime de responsabilidade, o qual abarcou tanto os crimes próprios e impróprios de responsabilidade, o que torna a alternativa (D) a resposta adequada. Vejamos:</p> <p>A expressão "crime de responsabilidade" possui múltiplas acepções:</p> <p>1) crimes de responsabilidade "próprios" (isto é, infrações político-administrativas sancionadas com a cassação do mandato, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei 201/1967): competência da Câmara Municipal;</p> <p>2) crimes de responsabilidade "impróprios" (isto é, crimes de responsabilidade sancionados com penas comuns - detenção ou reclusão -, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei 201/1967): competência do Tribunal de Justiça – TJ.</p> <p>Por consequência disso, requer-se a mudança da alternativa apresentada pelo gabarito, da alternativa (A) para a alternativa (D).</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p> <p>Os crimes previstos no art. 1º do DL nº 201/67 configuram, na melhor exegese, crimes funcionais, sujeitos a processo e julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente de autorização do órgão legislativo municipal. Inexiste impedimento legal da instauração ou prosseguimento da ação penal após a extinção do mandato de prefeito. Precedente do STF. O art. 4º do DL nº 201/67 elenca as infrações político-administrativas, em que se prevê a perda do mandato, sendo julgadas pela Câmara Municipal. A cassação do exercício do cargo de prefeito impede a instauração ou o prosseguimento do processo político-disciplinar, regulado no art. 5º do referido Decreto-Lei, em face da perda do objeto. A Constituição de 1988, ampliou a autonomia dos Municípios, a estes entregou a tarefa de disciplinar o processo de perda de mandatos municipais, bem como definir infrações político-administrativas, por meio de lei local, ou até mesmo na sua lei orgânica. A questão tratou da questão geral apresentada pela CF/88, estando correta a alternativa A. Conforme decreto 201/67, os crimes de responsabilidade praticados pelo Chefe do Executivo Local, serão julgados diretamente pelo Poder Judiciário, vejamos: "Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:" No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

452	180	LUIS PEDRO ROSA DA SILVA	INDEFERIDO	<p>"Os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontraem diante dos bobos"</p> <p>Tanto a alternativa B quanto a C estão em conformidade com a frase em epígrafe.</p> <p>A palavra "descontrair" pode ter o sentido de "distrair", ou seja, quando dizem que os espertos se descontraem diante dos bobos, tendo em mente que as possíveis interpretações de "descontraem", tanto a letra B quanto a letra C poderiam estar corretas, tornando a questão com duas possíveis respostas, causando assim, ambiguidade nas alternativas, portanto requeiro que seja anulada a questão.</p> <p>Sinónimos: "Descontrair: 1 desopilar, distrair, alegrar, contentar, regozijar, aliviar, divertir, recrear, desoprimir, desanuviar, desenfadar, desentediado, espairecer, jubilar, rejubilar. Afrouxar: 2 relaxar, soltar, afrouxar, alargar, desapertar, folgar, bambear."</p> <p>Caso tal pedido não seja acolhido, volto a reiterá-lo por motivo distinto:</p> <p>A questão número 10, na sua alternativa B, possui um erro de digitação grave, a alternativa D está claramente maior que as demais, pelo menos dois números, o que causa confusão e insegurança aos participantes do certame, e assim, trata-se de uma questão que apresenta pelo menos dois vícios insanáveis, portanto solicito a anulação da questão 10. Muito obrigado pela atenção.</p>	<p>Questão isenta de erro material, impassível portanto, de alteração. Recurso indeferido</p>
597	2820	MADALENA MARTA MACEDO MEDEIROS	INDEFERIDO	<p>A questão 15 de matemática dava duplo entendimento, não ficou claro que deveria usar 100% dos produtos sem sobra, o máximo de kit iguais possíveis são 22 devido ao número das escovas. Solicito a correção da resposta ou anulação da questão.</p>	<p>Existem critérios matemáticos que remetem a utilização de contas próprias. Estamos diante de uma questão clara de m.d.c, devendo a mesma ser resolvida de forma técnica, pois segundos critérios empíricos, podemos chegar a qualquer resultado, já que poderiam ser montados quaisquer quantidades de kits desde que o número fosse menor do que o item em menor quantidade, ou seja, poderiam ser montados de 1 à 22 kits. O que claramente se pretende com a realização de um concurso público é a aferição do conhecimento técnico do candidato. Trata-se de uma questão de m.d.c., na qual o resultado deveria ter sido obtido com a utilização das constantes cabíveis para resolução, obtendo-se ao final o valor 2. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
375	375	MARCELA PIAZZA DE PAULA OLIVEIRA	IMPROCEDENTE	<p>Observando-se o conteúdo programático de estudo, pode-se notar que foram exigidos do artigo primeiro ao quinto da Constituição Federal, não o artigo 60 como foi pedido na questão citada.</p> <p>20. Existem algumas limitações materiais ao poder de reforma da constituição de um Estado. Considerando o preceito estabelecido no parágrafo 4º do art. 60 da Constituição Federal exclui-se da vedação de deliberação à proposta de emenda tendente a abolir: (A) A forma federativa de Estado. (B) O voto direto, secreto, universal e periódico. (C) A separação dos Poderes. (D) Os deveres e obrigações individuais.</p>	<p>Títulos I ao V Artigos do 1 ao 144</p>
457	4759	MARCELO APARECIDO FERREIRA	DEFERIDO	<p>13. A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendo-se que a mesada dos dois, somadas, é R\$ 450,00. A mesada de cada um será, respectivamente: (A) R\$ 150,00 e R\$ 300,00 (B) R\$ 260,00 e R\$ 190,00 (C) R\$ 310,00 e R\$ 140,00 (D) R\$ 180,00 e R\$ 270,00.</p> <p>Peço a anulação da questão por falta de resposta certa, pois se pegar 450 dividido por 4 o resultado seria R\$ 112,50 que equivaleria a 1/4. e 3/4 seria R\$337,50.</p>	<p>questão anulada</p>
508	3004	MARCELO JOSÉ MENDES SANTIAGO	IMPROCEDENTE	<p>As instruções não apresentam informações suficientes para resolução da questão. Não há indicação acerca da quantidade de itens por kit, não há indicação da necessidade de presença de cada um dos itens mencionados em todos os kits. Enfim, a questão não dispõe de informações suficientes para sua resolução.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

377	3604	MARCUS VINICIUS MARCUSSI	INDEFERIDO	<p>Por meio deste recurso venho solicitar a mudança de gabarito da questão 13, onde na verdade a resposta correta é alternativa D e não a alternativa B como esta no gabarito oficial o questionamento é sobre qual o valor da mesada de Maria e João respectivamente, onde a mesada de Maria são tres quartos da mesada de João, sendo que as duas somadas dá um valor de R\$450,00, portanto a alternativa correta seria letra D) R\$180,00 e R\$270,00 e não letra B) R\$260,00 e R\$190,00</p>	questão anulada
369	4798	MARIELLE MARCUSSI	IMPROCEDENTE	<p>As alternativas "a" e "b" (ambas estão corretas). Com as expressões "um ou outro" e "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular, embora o plural também seja praticado. Por Exemplo: Um e outro compareceu / compareceram à festa. Nem um nem outro saiu / saíram do colégio.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
522	312	MARINEI CRISTINA DA SILVA	INDEFERIDO	<p>Excelentíssimo Examinador, venho respeitosamente, por meio deste requerimento, solicitar que anule a questão de número um (1), da prova de auxiliar de tesoureiro pois, segundo a norma culta, com as expressões nem um nem outro e ou um ou outro, o verbo deverá ser escrito preferencialmente no singular, embora possa aparecer no plural, como acontece na questão abaixo da referida prova, ou seja, letra A e letra B estariam corretas.</p> <p>1. Para que um diálogo se desenvolva de forma correta e coerente, os interlocutores precisam estabelecer uma relação harmônica entre sujeito e verbo. Assinale a alternativa em que a Concordância verbal está correta: (A) Nem um nem outro serão aceitos. (B) Nem um nem outro será aceito. (C) A criança ou as crianças cresce após muitos anos. (D) Joana ou Carla ganharão mais tempo.</p>	<p>Considerando a norma culta da língua portuguesa, quando os sujeitos são ligados por "nem", o verbo vai para o plural. O sujeito sendo a conjunçãoem, transmitindo ideia de inclusão, o verbo deverá aparecer no plural. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido. É o parecer</p>
499	3205	MATEUS FERNANDO BELLUOMINI DOS SANTOS	IMPROCEDENTE	<p>O enunciado da questão torna possível uma outra linha de interpretação. Sendo esta a de que necessariamente não precisaria sobrar item algum.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
580	2503	MAXWELL DIEGO FERNANDES	IMPROCEDENTE	<p>Não existe resposta correta para a questão.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
567	3893	MAYWTCH BASTIANINI RIOS	IMPROCEDENTE	<p>8. Considerando o gênero do texto, assinale a alternativa incorreta: (A) A ação é contada por um narrador. (B) Ocorre a narração de uma sucessão de acontecimentos reais ou imaginários. (C) Apresenta a estrutura básica de introdução, desenvolvimento e conclusão. (D) descreve algo ou alguém, levando o leitor a criar uma imagem mental de um objeto.</p> <p>Essa questão ficou ambígua, pois a letra "D", considerada a a alternativa correta no gabarito, pode não estar correta. Afinal, o narrador expõem a figura do "bobo" de tal forma que é possível sim imaginar esse personagem, assim como o personagem do "esperto". Descrever algo ou alguém não se limita apenas as características físicas, é possível construir a imagem de algo ou alguém mediante a sua personalidade, hábitos e costumes. Um exemplo de tal fato é a forma como Monteiro Lobato apresenta a figura do Jeca em sua obra "Jeca Tatu". Ele descreve o Jeca por sua personalidade e costume/hábitos, sendo os principais a simplicidade de viver, a preguiça, a desconfiança e a mania de deixar tudo para fazer depois. Como a alternativa "D" não especifica se essa descrição seria baseada em características físicas ou na personalidade dos objetos de análise do texto, no caso o "bobo" e o "esperto", é possível ter mais de uma interpretação para essa questão.</p> <p>Ainda nessa questão, gostaria de salientar que a alternativa "C", julgada como incorreta no gabarito, pode sim ser interpretada como correta. Afinal, o texto não se enquadra nos requisitos BÁSICOS de construção de introdução, desenvolvimento e conclusão de um texto literário. O texto de Clarice Lispector já começa pelo desenvolvimento e a apresentação de argumentos sobre a figura do "bobo". Não existe uma apresentação prévia do tema ao leitor. O leitor só tem conhecimento do que vai ser discutido ou descrito através dos argumentos, descrição do(s) personagem(s) e através de exemplos e comparações. E a conclusão não se encaixa na estrutura BÁSICA, pois a conclusão neste texto se resume aos fim da descrição da personalidade dos personagens e consequentemente do fim das argumentações. Então se a alternativa "C" leva em consideração uma ESTRUTURA BÁSICA, é possível avaliar que esse texto não se enquadra.</p>	<p>A questão pedia para que o candidato considerasse o GÊNERO do texto, devendo portanto se ater às características do Gênero épico ou gênero narrativo, independente das impressões pessoais acerca do mesmo. O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

368	3755	MISLENE PEREIRA AMARAL	IMPROCE DENTE	<p>Gostaria de pedir que fosse verificado a questão 13 da prova de merendeira sobre matemática : 13: A mesada de Maria é $\frac{3}{4}$ da mesada de João. Sabendo se que a mesada dos dois somadas é R \$ 450.00. A mesada de cada um sera , respectivamente : A:R\$150.00 e R\$300.00 B:R\$260.00 e R\$190.00 C:R\$310.00 e R\$140.00 D:R\$180.00 e R\$270.00 A resposta do gabarito aponta a alternativa B:R\$260.00 e R\$190.00 como correta, mas não concordo pois a resposta não condiz com a pergunta , pois a respectivamente não está sendo colocada de acordo com a questão, pois Maria recebe 1 parte a menos que João , nesse caso teria que vir o valor dela primeiro , ou seja o valor menor , e não o de João , o valor maior como está sendo colocado como correto na questão. Não sou a única a questionar essa questão. Estou pedindo o recurso agora pois estou conferindo a minha prova com meu gabarito e acredito estar sendo prejudicada nessa questão , pois assinali a alternativa D, pois foi a conclusão que cheguei dessa questão; tanto duvidosa no meu ver. Sei que mais candidatos questionaram essa questão no exato momento da prova, eu estou fazendo agora pois tinha certeza que estava correta a alternativa D, por eliminação . A palavra usada " respectivamente " quer dizer: Que diz respeito a cada um em particular, na ordem, na devida ordem. Se Maria foi citada antes de João, respectivamente teria que estar a mesada de Maria primeiro e João depois. , ou seja vcs deveriam respeitar a pergunta , se querem tudo certo que façam tudo certo. aguardo uma posição sobre esse recurso pois ou anulem ou considere a resposta mais coerente com o que pediram correta. Me senti prejudicada por um erro da parte do concurso. Me senti lesada , eu e mais pessoas pois já vi vários relatos dessa mesma questão . Fico no aguardo e desde já agradeço a atenção e oportunidade de poder fazer a minha reclamação, ou recurso.</p>	questão anulada
501	1294	MONIQUE BRUNA SILVA SANTOS	IMPROCE DENTE	<p>A questão apenas está pedindo quantos kits são possíveis formar, independente de quantos produtos irão compor cada kit, e muito menos mencionou que não devia ter sobra de nenhum dos itens. Questão sem coesão, totalmente com duplo sentido! Eu poderia montar 22 kits, cada kit compondo 1 item de cada produto!!!</p>	<p>Existem critérios matemáticos que remetem a utilização de contas próprias. Estamos diante de uma questão clara de m.d.c, devendo a mesma ser resolvida de forma técnica, pois segundos critérios empíricos, podemos chegar a qualquer resultado, já que poderiam ser montados quaisquer quantidades de kits desde que o número fosse menor do que o item em menor quantidade, ou seja, poderiam ser montados de 1 à 22 kits. O que claramente se pretende com a realização de um concurso público é a aferição do conhecimento técnico do candidato. O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
461	1442	NATÁLIA DE OLIVEIRA CAMPIONI	INDEFERIDO	<p>A questão 6 pede para responder de acordo com a interpretação que se faz do texto: A alternativa escolhida pela respeitável banca organizadora A-) O bobo está mais aberto ao mundo, e por abrir mão de certezas e rótulos é mais livre para ousar. : em nenhum momento o texto menciona tal atitude do personagem a quem se refere - o bobo -, não diz absolutamente nada sobre "certezas e rótulos" e nem sobre "ousar" nem usa palavras sinônimas que deem margem a essa interpretação. Já a alternativa marcada por esta candidata C-) O bobo é planejador, menos ambicioso, e se ocupa com as coisas do mundo. : a alternativa menciona que o personagem - o bobo - é planejador, o que remete ao trecho do texto "O bobo é capaz de ficar sentado quase sem se mexer por duas horas. Se perguntado por que não faz alguma coisa, responde: "Estou fazendo. Estou pensando." se refere ao personagem como alguém menos ambicioso, pode-se concordar com essa afirmação levando-se em consideração esse trecho do referido texto "O bobo, por não se ocupar com ambições ..." e por fim afirma que o bobo se ocupa das coisas do mundo, o que fica claro nessa parte do texto "O bobo, por não se ocupar com ambições, tem tempo para ver, ouvir e tocar o mundo." Em virtude dos argumentos apresentados, creio que estes se configuram, pois, como suficientes para que esta conceituada banca examinadora reveja a marcação correta da alternativa da referida questão interpretativa. Diante do exposto, solicito a V.Sas. a revisão e, consequentemente, a alteração do gabarito, ou ainda, que se anule a questão, visto que a Alternativa C-) também se encontra correta.</p>	<p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

422	2676	NEIO CESAR DE SOUZA FREITAS	INDEFERIDO	<p>O enunciado da questão 27 é o seguinte: "Quanto às categorias econômicas, assinale a alternativa que apresenta despesas classificadas como despesas concorrentes, nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964"</p> <p>Como observamos o enunciado está incorreto tendo em vista que menciona "despesas concorrentes", nos termos da LEI 4.320 de 1964, ou seja, não existe nas categorias econômicas as "despesas concorrentes".</p> <p>Tendo em vista o erro no enunciado da questão solicito a anulação da questão 27 – (Conhecimentos Específicos para o cargo de Chefe do Setor de Licitação e Despesas).</p>	<p>Textóipis litteris retirado da lei 4.320 de 1964: "CAPÍTULO III Da Despesa Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: DESPESAS CORRENTES Despesas de Custeio Transferências Correntes"</p> <p>A questão se referia aos termos da lei, portanto Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
380	480	NEIRI BRAGA CALIL BATISTA	IMPROCEDENTE	<p>Gostaria de saber como foi a "montagem" desta pergunta, sabendo que a mesada de Maria 3/4 da mesada de João, a resposta certa foi B, como???? A pergunta não fala de valor aproximado?? E todas as contas q fiz, não dão valor exato.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
370	3892	OSMAR FABIANO PRADO NASCIMENTO	IMPROCEDENTE	-	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
622	3194	OTÁVIO AUGUSTO GARCIA COSTA	IMPROCEDENTE	<p>Esta questão, ao meu ver, tem duas alternativas corretas de acordo com o seguinte:</p> <p>"...</p> <p>4) Com as expressões "um ou outro" e "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular, embora o plural também seja praticado.</p> <p>Por Exemplo:</p> <p>Um e outro compareceu / compareceram à festa. Nem um nem outro saiu / saíram do colégio.</p> <p>Disponível em: https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint54.php</p> <p>Logo, as alternativas A e B estão corretas. Existindo esta duplicidade, creio que a questão deve ser anulada.</p> <p>— "Concordância verbal - sujeito composto (casos particulares II)" em Só Português. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2018. Consultado em 20/11/2018 às 20:52. Disponível na Internet em https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint54.php</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
402	911	OTÁVIO VOLPINI SILVA	INDEFERIDO	<p>O gabarito apontou, na questão de número 22, a alternativa "c" como correta (O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não dispõe de fisionomia institucional própria, não integrando o conceito de Ministério Público enquanto ente despersonalizado de função essencial à Justiça.). Todavia, a alternativa encontra-se incorreta, pois conforme manifestação do plenário do STF: "Está assente na jurisprudência deste STF que o Ministério Público junto ao tribunal de contas possui fisionomia institucional própria, que não se confunde com a do Ministério Público comum, sejam os dos Estados, seja o da União, o que impede a atuação, ainda que transitória, de procuradores de justiça nos tribunais de contas (...)." [MS 27.339, rel. min. Menezes Direito, j. 2-2-2009, P, DJE de 6-3-2009.] = ADI 3.307, rel. min. Cármen Lúcia, j. 2-2-2009, P, DJE de 29-5-2009. Dessa forma, nos termos do item 9.4 do edital do presente concurso, a questão deve ser anulada e a pontuação atribuída a todos os candidatos.</p>	<p>O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas não dispõe de fisionomia institucional própria enquanto ente despersonalizado de função essencial à Justiça... não contradizendo, portanto do julgado em que se embasou o recurso do candidato. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Ilustríssima Banca Examinadora,

O gabarito preliminar considerou a letra (C) como correta na questão 27.

Entretanto, essa questão apresenta duas alternativas iguais, as letras (A) e (b), vejamos:

"(A) Não haverá incidência do ITBI, pois há imunidade sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.

(B) Não haverá incidência do ITBI, pois há imunidade sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital."

Diante da evidente duplicidade das alternativas, requer-se a anulação da referida questão.

Considerando que a questão é dotada de somente uma alternativa correta.
Considerando a ausência de qualquer erro material.
Considerando a ausência de erro formal que impossibilitasse a opção por uma única alternativa correta.
Considerando a ausência de erro que interferisse na análise da questão.
Indefiro o pedido formulado pelo candidato
É o parecer

374

1116

PALOMA LUCIANA SANT ANNA DE SOUZA

INDEFERIDO

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

458	2522	PATRICIA FURUTANI UTIUME	DEFERIDO O PARCIAL MENTE	<p>Prezado avaliador, solicito a revisão do "conteúdo programático" trabalhado nesta prova de concurso, tendo em vista haver divergências entre este e o conteúdo exposto no edital nº 01/2018. Conforme argumentos que se seguem: Dentro do edital nº 01/2018 no tópico conhecimentos específicos - disciplina Informática, há a especificação de dez questões a serem trabalhadas na correspondente prova. Todavia, apesar de ter sido de forma objetiva no edital nº 01/2018, inclusive quantificando o número de questões, a disciplina Informática não recebeu uma questão sequer. No mesmo sentido, houve descumprido do conteúdo trabalhado no edital nº 01/2018, efetivamente, nas questões nº 21,22,23,24,25,26,27,28,29,30, tendo em vista que houve a cobrança das seguintes disciplinas Direito Administrativo, Administração Pública e Redação Oficial, apesar de não terem sido incluídas no referido edital. É preciso ressaltar que o Edital é o instrumento hábil a definir todas as regras a serem respeitadas e trabalhadas no Concurso Público, seja pelos Candidatos, seja pela própria Administração Pública. Diante do exposto, considerando que a confrontação acima realizada tomou por fundamento elementar o quesito "conteúdo", com seus respectivos meios avaliativos trazidos pela "prova de concurso", solicito que o conteúdo trabalhado na prova seja confrontado com o conteúdo exposto pelo Edital nº 01/2018. Tendo o exposto como base deste recurso, e convicta da compreensão de V.Sa., solicito a anulação da presente prova.</p>	<p>A candidata alegou que as questões 21,22,23,24,25,26,27,28, 29,30 estão em desacordo com o conteúdo programático. Por fim, requereu a anulação total da prova. Isto posto, passamos à análise dos fatos. Em contraposição da prova objetiva com o conteúdo programático, verificou-se que as questões: 23, 24 e 30, realmente encontram-se em desacordo com o conteúdo programático, como citado pela recorrente. Por este motivo, merecem ser anuladas. Porém, as questões: 21,22,25,26,27,28 e 29 encontram-se em pleno acordo com o conteúdo programático cobrado no edital, vejamos: As questões 21 e 22, que versam sobre o título VII da Constituição Federal, estavam contempladas no conteúdo programático in verbis: "LEGISLAÇÃO: BRASIL, Constituição Federal de 1988. - Títulos I ao V; Títulos VI e VII" Logo, o conhecimento do cobrado nas questões 21 e 22 era esperado do participante. Sendo assim, se faz incoerente a anulação dessas questões. As questões 25, 26 e 29 indagam sobre preparação de correspondência e documentos oficiais. É certo que estes de documentos podem ser remetidos via correio eletrônico. O conteúdo programático contempla tal assunto quando diz: "Correio Eletrônico: ...preparo e envio de mensagens..." As questões 27 e 28 indagam sobre apresentações em fluxogramas. O conteúdo programático contempla tal assunto quando diz: "MS PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, ... noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, ... botões de ação..." Ante o exposto, é válida a anulação das questões 23, 24 e 30, porém não é válida a anulação total da prova, uma vez que a validade da prova beira a totalidade e neste caso não há previsão expressa em nenhuma esfera (legal, administrativa, edilícia ou qualquer outra) de anulação total da prova por anulação de questões. Logo DEFIRO a anulação das questões 23, 24 e 30, porém INDEFIRO qualquer solicitação que extrapole a providência anteriormente citada.</p>
384	40	PAULO JOSÉ ROSSI FREITAS	IMPROCEDENTE	<p>Em sujeitos compostos, ao utilizar-se a expressão: "nem um nem outro", a concordância é normalmente feita no singular (quando o fato expresso é atribuído a apenas um núcleo do sujeito). Mas também pode ser feita no plural (quando o fato for atribuído aos dois núcleos). No caso da questão 01, analisando somente as frases, sem ter como base um contexto mais abrangente, as alternativas A e B estão corretas.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

372	1977	PEDRO NEVES DA CRUZ JUNIOR	INDEFERIDO	<p>A questão pede a marcação da assertiva incorreta, e neste caso há mais de uma afirmação errada. A alternativa c diz que o texto analisado "apresenta estrutura básica de introdução, desenvolvimento e conclusão", algo que não é verdade, pois esta crônica não se preocupa em narrar de forma linear as ideias apresentadas, mas sim fazer um apanhado de reflexões. Os parágrafos do texto podem ser lidos de forma inversa ou em qualquer outra ordem sem que isso prejudique a sua integral compreensão.</p> <p>Isto posto, a questão contém mais de uma afirmativa errada, sendo elas as alternativas c e d. Por esse motivo a questão deve ser anulada.</p>	<p>Trata-se de Gênero épico ou gênero narrativo, cuja estrutura básica é: introdução, desenvolvimento e conclusão; Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido. É o parecer</p>
386	736	PRISCILA CARDOSO GOMES SERVELO	IMPROCEDENTE	<p>Não ha lógica nessa questão. As contas não batem. Nenhuma alternativa está correta, por essa razão respondi aleatoriamente.</p> <p>E quanto à interpretação do texto: Se Maria ganha menos que João e deveríamos encontrar quanto cada um ganha "respectivamente". Esse "respectivamente" sinaliza que deveríamos seguir a ordem: primeiro o valor de Maria e depois o valor de João, porém a resposta B que vocês consideraram correta, nos diz que Maria ganha mais que João. Essa questão deve ser revisada ou ate mesmo essa prova.</p>	<p>questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejava com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
534	2294	QUEILA MARA DE OLIVEIRA NOGUEIRA PIMENTEL	INDEFERIDO	<p>A questão solicita que o candidato assinale a alternativa em que a Concordância Verbal está correta e aponta como gabarito a alternativa A, que segue:</p> <p>"(A) Nem um nem outro serão aceitos"</p> <p>A questão deve ser anulada, uma vez que, por regra geral, com base na "A Gramática para Concursos" de Fernando Pestana, o sujeito constituído pelas expressões "um e outro", "nem um nem outro" fica no singular ou no plural, ou seja, o uso é facultativo. É obrigatório o uso do verbo no plural apenas quando o sujeito indica reciprocidade, caso este não abarcado pela questão.</p> <p>Cabe salientar que se esta organizadora não considerar a fundamentação sustentada pelo gramático destacado, há de se considerar que outros gramáticos renomados e tradicionais se divergem acerca da concordância verbal da expressão "nem um nem outro". Alguns apontam que o verbo tem de vir no singular (Bechara, p. ex.) ou no plural (Cegalla, p. ex.). Outros (Sacconi, p. ex.) dizem ser caso facultativo.</p> <p>Portanto, considerando que a alternativa B: "Nem um nem outro será aceito" também está correta, gerando evidente ambiguidade, com base no fundamentado e na possível quebra da isonomia em concursos públicos, caso este recurso seja rejeitado, requer-se a anulação da questão.</p>	<p>Considerando a norma culta da língua portuguesa, quando os sujeitos são ligados por "nem", o verbo vai para o plural. O sujeito sendo a conjunçãoem, transmitindo ideia de inclusão, o verbo deverá aparecer no plural. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido. É o parecer</p>
603	2947	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA	IMPROCEDENTE	<p>Não havia na prova questões de Informática (específica), assim como constava no edital. No lugar a prova continha questões de Regras de Documentação e Lei de Licitação. Acredito que os cadernos de questões foram trocados por engano. Percebi o ocorrido no ato da prova, porém fui orientado pela coordenadora a resolver a prova normalmente e depois explicar a situação num recurso. Obrigado pela atenção.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejava com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo. recurso redirecionado</p>
419	405	RAFAEL MATTOS OLIVEIRA SILVA	INDEFERIDO	<p>Ao analisar as alternativas da referida questão nota-se que todas estão corretas, pois se encontram amparadas no paragrafo § 2º, do artigo 165 da Constituição Federal "§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias (LETRA A) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, (LETRA C) orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as (LETRA B)alterações na legislação tributária e (LETRA D) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."Portanto não há alternativa a ser assinalada, assim peço a anulação da questão com a obtenção de pontos para todos os candidatos.</p>	<p>Definição das metas e prioridades da Administração Pública Federal: as disposições que constarão da LOA devem ser comparadas com as metas e prioridades da Administração Pública. Assim, pode-se verificar se as metas e prioridades podem ser concretizadas a partir da alocação de recursos na LOA. Orientação à elaboração da lei orçamentária anual: reforça a ideia que a LDO é um plano prévio à LOA, assim como o PPA é um plano prévio à LDO. É o termo mais genérico, pois inclui também as metas e prioridades da Administração Pública, as alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências oficiais de fomento. Portanto dispor sobre as alterações não equivale à alterar. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p>

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

413

2078

RAFAEL TOLENTINO FORONI

IMPROCE
DENTE

Quando se diz respectivamente e que o salário de Maria é 3/4 (menor) do salário de João, não tem como que respectivamente o primeiro salário que venha seja maior que o segundo. Além disso, em nenhum momento disse APROXIMAMENTE, o que invalida todas as alternativas. Porém, caso fosse escolher uma alternativa, seria a D, pois encaixa no respectivamente, mesmo que seja em valor aproximado também.

questão anulada
O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

490 2357 RÉGGIS RANGER DE MELO

INDEFERIDO

Questão 15

Essa questão é autoexplicativa, e lógica. Sendo o menor número de itens, (22 escovas de dentes), e os outros itens em maiores quantidades, formando então kits com o número iguais de itens diferentes, obviamente o maior número de kits formados seria 22, alternativa A. Questão deve ter seu gabarito mudado para a alternativa A.

Questão 23

Essa questão deve ser anulada, uma vez que o gabarito exposto pela banca examinadora expõe que a câmara de vereadores não executa nenhum ato no julgamento de crime de responsabilidade do chefe do executivo. Explanção esta que vai totalmente contrária ao decreto lei 201/64 como supracitado, não obstante, segue o entendimento do professor Alexandre de Moraes e entendimento consolidado pelo Pretório Excelso .

De acordo com o art.4 do decreto lei 201/64.

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

- I - Impedir o funcionamento regular da Câmara;
- II - Impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de obras e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;
- III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;
- IV - Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;
- V - Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;
- VI - Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro,
- VII - Praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;
- VIII - Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura;
- IX - Ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores;
- X - Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.

Alexandre de Moraes leciona: "No tocante, porém, às infrações político-administrativas (crime de responsabilidade próprio), a competência para julgamento é da Câmara Municipal, uma vez que se trata de responsabilidade política do chefe do Poder Executivo local".

O STF (VIDE: REXTR 192.527-PR e HC 71.991-1/MG) considerou que as infrações contidas no artigo 1º, do DEC-LEI 201/67 são crimes comuns, sendo de competência do TJ. Já as infrações do artigo 4º do mesmo decreto são consideradas pelo STF como crimes de responsabilidade e, portanto, de competência da Câmara Municipal.

Questão deve ser anulada por ir totalmente contrária aos dizeres da lei, e a entendimento consolidado da suprema corte brasileira.

O candidato cita o Decreto-Lei n.º201/64 talvez se referindo ao Decreto-Lei n.º201/67, que ao nosso entender foi revogado em parte pela Constituição de 1988 quanto ao estabelecimento da competência à Câmara Municipal para o julgamento do Prefeito, nas infrações político-administrativas. Nesta diretriz hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal também já se pronunciou no Recurso de Habeas Corpus nº 49.204/SP, primeira Turma, com voto capitaneado eminente relatoria do Min. Amaral Santos, DJ 10/3/72 p. 6.142, bem como RESP nº 38469/SC, 6ª Turma, Rel. Min. Vicente Leal, inRSTJ, vol. 86, p. 383.

Entendendo que: Os crimes previstos no art. 1º do DL nº 201/67 configuram, na melhor exegese, crimes funcionais, sujeitos a processo e julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente de autorização do órgão legislativo municipal. Inexiste impedimento legal da instauração ou prosseguimento da ação penal após a extinção do mandato de prefeito. Precedente do STF. O art. 4º do DL nº 201/67 elenca as infrações

político-administrativas, em que se prevê a perda do mandato, sendo julgadas pela Câmara Municipal. A cassação do exercício do cargo de prefeito impede a instauração ou o prosseguimento do processo político-disciplinar, regulado no art. 5º do referido Decreto-Lei, em face da perda do objeto.

A Constituição de 1988, ampliou a autonomia dos Municípios, a estes entregou a tarefa de disciplinar o processo de perda de mandatos municipais, bem como definir infrações político-administrativas, por meio de lei local, ou até mesmo na sua lei orgânica. A questão tratou da questão geral apresentada pela CF/88, estando correta a alternativa A.

Conforme decreto 201/67, os crimes de responsabilidade praticados pelo Chefe do Executivo Local, serão julgados diretamente pelo Poder Judiciário, vejamos:

“Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:”
No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

546	195	RENAN CALLIMAN DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	<p>Segundo Francisco, se o sujeito composto tiver os núcleos unidos pela conjunção nem e a ideia puder se referir a QUALQUER um dos núcleos, o verbo ficará no singular OU no plural:</p> <p>a) Nem o Valle nem o Bittar será eleito deputado (= nem o Valle será nem o Bittar será...)</p> <p>b) Nem o Valle nem o Bittar serão eleitos deputados.</p> <p>Deste modo, a questão 1 possui 2 respostas, alternativas A e B.</p> <p>Com base nos dados propostos, peço deferimento para que a questão 1 seja ANULADA!</p> <p>Obrigado.</p> <p>Referência: FRANCISCO, Portal São. Concordância Verbal. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2018.</p>	<p>Quando no sujeito aparecerem asconjunções ouenem, transmitindo ideia de inclusão, o verbo deverá aparecer no plural. Quando transmitirem ideia de exclusão, o verbo deverá aparecer no singular.</p> <p>Nem um nem outro serão aceitos. (Os dois não serão aceitos, ou seja os dois estão incluídos na não aceitação, independentemente de haver outro alguém que possa ser aceito &ndash; ideia de inclusão) &ldquo;Nem o Valle nem o Bittar será eleito deputado&rdquo;. (Os dois estão excluídos da eleição, pois um outro alguém será eleito &ndash; exclusão)</p> <p>Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.</p> <p>É o parecer</p>
473	3588	RENAN CREVELIM ROLDÃO	INDEFERIDO	<p>A alternativa B, considerada a resposta correta, está escrita de forma errada no caderno de questões. Ao invés de MICROGRÁFICOS, que é a definição correta, consta como MICOGRÁFICOS (falta a letra R após a primeira letra C), ou seja, grafada de maneira incorreta. Portanto, como a alternativa não representa a definição correta, podendo induzir ao erro, venho por meio deste solicitar a anulação da questão.</p>	<p>Trata-se de um erro de impressão sanável que não inviabiliza a interpretação e consequente resposta correta da mesma, já que nenhum outro termo era compatível aos exemplos citados. Portanto, considerando que não há erro material da questão, indefiro o pedido.</p>
529	2686	RITA DE CASSIA LOURENÇO DA SILVA	IMPROCEDENTE	<p>Questão sem resposta correta, além de nenhuma das respostas estiver certa, o valor que mais de aproxima está inverso na resposta.</p>	<p>questão anulada</p> <p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
467	4487	ROSILANDIA MONTEIRO FERREIRA DE MEDEIROS	IMPROCEDENTE	-	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
583	478	SANDRA MARIA DA SILVA	INDEFERIDO	<p>Gostaria de questionar o gabarito referente a questão numero 28, quanto a resposta "D" que está no gabarito como correta.</p> <p>Com base nos princípios de Auditoria Contábil, entendo que tanto a auditoria interna, como auditoria externa, pode ser feita periodicamente na empresa uma vez que se necessária. Esta não é uma característica somente de Auditoria Externa.</p> <p>Entre as outras alternativas, a única que também mais se enquadra em característica de auditoria externa é a alternativa "A" já que a principal preocupação da Auditoria Externa em uma empresa quando necessária, é, entre outras, a detecção de possíveis fraudes. Sendo que esta, a meu ver, é uma característica mais especificadamente de Auditoria Externas, já que as auditorias internas em uma empresa são mais voltadas para interesses gerenciais.</p> <p>Sendo assim, está incorreto afirmar que a alternativa "D" está se tratando somente de Auditoria Externa, já que a alternativa "A" é a que mais caracteriza este tipo de Auditoria. Peço que a questão seja anulada.</p>	-
616	1145	SILVIENE PINHEIRO SOARES DE OLIVEIRA	IMPROCEDENTE	<p>Prezados!</p> <p>No livro Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara, consta o seguinte: "Constituído o sujeito pela série nem um... nem outro, fica o verbo no singular..."</p> <p>Ademais, a mesma definição aparece no "Manual de Comunicação do Senado Federal": https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/concordancia-verbal</p> <p>Portanto, observa-se que nestas duas referências defende-se a manutenção do verbo no singular, tornando a alternativa "b" como correta.</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
495	1554	SIMONE APARECIDA DE HOLANDA DA SILVA	IMPROCEDENTE	<p>Não bate o resultado divulgado, com a pergunta em si.</p>	<p>questão anulada</p> <p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
494	4373	SONIA VALERIA HOLANDA MARTINS	IMPROCEDENTE	<p>As provas foram iguais, independente do grau de escolaridade.</p> <p>Entao nao precisava de divisao?!?!?</p> <p>Nao esta correto</p> <p>Fiz a prova para fundamental, e a prova foi igual do ensini medio e superior</p>	<p>O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.</p>
373	3649	TATIANA MARQUES DE CARVALHO	IMPROCEDENTE	-	-

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

612 4071 THAIS CADURIN PIMENTA NEVES

INDEFERIDO

A alternativa considerada como correta foi a letra "A", qual seja, "No caso de crimes de responsabilidade

praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores."

No entanto, o Decreto-lei nº 201 de 1967, que disciplina sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, em seu artigo 4º, traz hipóteses de julgamento de crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais a serem realizados pela Câmara Municipal ("infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato"), que segundo a doutrina de Vicente de Paulo são os chamados crimes de responsabilidade próprios (<https://www.pontodosconcursos.com.br/artigo/9833/vicente-paulo/competencia-par-a-julgar-prefeitos>).

Desta forma, a alternativa "C" também abarcaria resposta compatível ao referir-se sobre a aplicação do princípio da simetria constitucional. Ou seja, o julgamento do executivo federal feito com autorização pela Câmara dos Deputados e instauração de processo pelo Senado Federal, e por sua vez, o julgamento do executivo municipal realizado pela Câmara de Vereadores (simetria).

Assim, tanto a alternativa "A" (art. 1º, decreto-lei 201/67), quanto a alternativa "C" (art.4º, decreto-lei 201/67) estão corretas. Portanto, pede-se a anulação da questão com a obtenção de pontos para todos os candidatos.

Os crimes previstos no art. 1º do DL nº 201/67 configuram, na melhor exegese, crimes funcionais, sujeitos a processo e julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente de autorização do órgão legislativo municipal. Inexiste impedimento legal da instauração ou prosseguimento da ação penal após a extinção do mandato de prefeito. Precedente do STF. O art. 4º do DL nº 201/67 elenca as infrações

político-administrativas, em que se prevê a perda do mandato, sendo julgadas pela Câmara Municipal. A cassação do exercício do cargo de prefeito impede a instauração ou o prosseguimento do processo político-disciplinar, regulado no art. 5º do referido Decreto-Lei, em face da perda do objeto.

A Constituição de 1988, ampliou a autonomia dos Municípios, a estes entregou a tarefa de disciplinar o processo de perda de mandatos municipais, bem como definir infrações político-administrativas, por meio de lei local, ou até mesmo na sua lei orgânica.

A questão tratou da questão geral apresentada pela CF/88, estando correta a alternativa A.

Conforme decreto 201/67, os crimes de responsabilidade praticados pelo Chefe do Executivo Local, serão julgados diretamente pelo Poder Judiciário, vejamos:

“Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:”
No caso de crimes de responsabilidade praticados pelos Chefes do Executivo Municipal, o Poder Legislativo, não exerce nenhum papel, visto que o julgamento será realizado no Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.

Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

Na questão em epígrafe é proposto ao candidato apontar dentre as alternativas qual palavra substituiria a expressão "abocamento" no contexto: "O abocamento é a melhor forma de filosofar".

A assertiva apontada pela Douta Banca como gabarito da questão é C – Conciliábulo.

A palavra abocamento em determinadas circunstâncias até pode se aproximar de um dos sentidos da expressão conciliábulo (sentido 7 abaixo), entretanto, as duas palavras tem sentidos, inclusive etimológicos, específicos. Com já dito, embora seja possível uma aproximação semântica, há sensíveis diferenças de significados, de modo que a substituição proposta alteraria sobremaneira o significado da sentença, o que contraria o solicitado no comando da questão.

É imperioso considerar que o sentido de "conciliábulo" que poderia ser aproximado é dado pelo Houaiss como "figurado". Ou seja, é apenas uma licença de uso que permitiria a aproximação, o que não seria muito adequado, haja vista, principalmente, que a frase sugere pertencer a um texto formal em que se fala de "filosofia".

Dicionário Houaiss:

Abocamento (a1818 cf. Dicccger)
princ. Etim.

Substantivo masculino

1 ato ou efeito de abocar ou abocanhar

2 contato de duas bocas entre si

3 aproximação, confluência

4 conversação entre duas ou mais pessoas; colóquio

5 anat terminação de um vaso em outro de maior calibre

6 cir procedimento cirúrgico que consiste em fazer comunicar um conduto ou vaso

com outro por meio de abertura de bocas que se correspondem diretamente cf.

anastomose e inosculação

7 eng encaixe ou inserção da extremidade de um tubo ou manilha na boca de

outra; embocamento

etim.

Abocar + -mento; ver boc(a)

Conciliábulo (1673 LuceAmalt)

princ. etim.

Substantivo masculino.

1 ecles; ant. concílio de prelados heréticos, cismático ou convocado com objetivo contrário à Igreja

2 p. ext.; ecles reunião de prelados não católicos

3 p. ext. pequena assembleia; pequeno concílio

4 p. ext. assembleia secreta cujos desígnos são sobretudo malévolos

5 p. ext.; pej. reunião secreta; conventículo

6 p. ext. Conspiração, trama, conluio

7 fig. longas e/ou repetidas conversas cochichadas ou particulares

sinônimos

arranjo, cabala, cachinha, cambalacho, colusão, complô, conchavo, convivência,

conjuracão, conluio, conspiração, conspirata, consulto, conventículo, corrilho,

igrejinha, malhoada, maquinação, panelinha, ró-ró, trama

etim.

lat.conciliabulum,i no sentido de local de reunião, praça, mercado, lugar pouco

recomendável,ver concilii-; f.hist. 1712 conciliábulo.

Diante do exposto, restou evidente que não pode haver a alteração dos vocábulos "abocamento" por "conciliábulo" sem considerável alteração no sentido da frase proposta no enunciado, tornando, por consequência, a alternativa "C" incorreta.

Requer-se a ANULAÇÃO da questão por não haver assertiva que satisfaça o enunciado.

Tanto a palavra abocamento quanto conciliábulo devem ser contextualizadas como sinônimos de diálogo, ou seja, conversa entre pessoas: palestra, colóquio, comunicação, abocamento, conciliábulo, confabulação, conferência, congresso, conversa, conversação, converso, entrevista, fala, interlocução, palra, palatório, papo, parla, prática, prosa. Diante da ausência de erro material da questão, indefiro o pedido.

450 241 THIAGO LUIS MINI DE SOUZA

INDEFERIDO

421 2769 VÂNIA MARA VIGARANI SILVA MACEDO

IMPROCEDENTE

Nenhuma das opções estão corretas, a que mais se aproxima é a alternativa D, mas também não está certa, o quociente está operação é $655.5714285714. 655 \times 7 = 4585...$ A questão é clara em perguntar qual das alternativas está correto e a resposta é nenhuma. Obrigado pela atenção.

O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E CADERNO DE QUESTÕES - MANHÃ

393	2168	VERA LÚCIA BURIAN GUEDES	IMPROCE DENTE	<p>A questão referida sobre concordância verbal tem duas respostas certas</p> <p>"Com as expressões "um ou outro" e "nem um nem outro", a concordância costuma ser feita no singular, embora o plural também seja praticado.</p> <p>EX: Nem um nem outro saiu / saíram do colégio."</p> <p>Então, (A) Nem um nem outro serão aceitos. (B) Nem um nem outro será aceito. a forma no singular e no plural são aceitas de acordo com as regras de concordância verbal, fazendo a questão ter as duas primeiras alternativas certas.</p>	O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.
646	3134	VINÍCIUS SANTOS DA SILVA	DEFERID O	<p>QUESTÃO 13 – FISCAL DE POSTURAS: Solicito a anulação da referida questão O gabarito oficial indica como alternativa correta da questão 13 a letra B: "R\$ 260,00 e R\$ 190,00". Porém há um equívoco nessa resposta uma vez que a questão pede para assinalar o valor correspondente a mesada de cada um, respectivamente, ou seja, o valor referente da Maria que é $\frac{3}{4}$ da mesada de João.</p> <p>$M = \frac{3}{4} J$ $M + J = 450$</p> <p>$M + J = 450$ $(\frac{3}{4} J) + J = 450$ $MMC = 4$ $(3J+4J)/4 = 450$ $7J = 4 * 450$ $7J = 1800$ $J = 260$ Com a mesada de João podemos calcular a de Maria $M = \frac{3}{4} * 1800/7$ $M = (3*1800)/(4*7) = 5400/28$ $M = 1350/7$ $M = 190$ Através dos cálculos apresentados, constatamos que o valor referente da mesada de João é R\$ 260,00 e a de Maria R\$ 190,00. Não apresentando alternativa adequada, segundo o que o enunciado propõe "respectivamente", no momento da formulação das alternativas houve um lapso e alterou a colocação dos valores respectivos.</p>	-
588	4365	WALESKA BESSAS BERTOLON	IMPROCE DENTE	<p>Tarde! Sinto informá-los que há algo de errado nessa questão. Porque ou o enunciado está incorreto, ou o problema está nas alternativas... Já que no enunciado consta que Maria ganhava $\frac{3}{4}$ do salário de João, e a soma dos dois o valor de R\$ 450,00 e nas alternativas, nenhuma opção dava essa proporção... Obrigada! Att, waleska</p>	questão anulada O candidato não mencionou qual providência desejada com a interposição do seu recurso o que inviabiliza a análise do mesmo.